DIARIO de PERNAMBUCO 200

QUARTA-FEIRA Recife, 26 de fevereiro de 2025 nº 057

diariodepernambuco.com.br

O JORNAL MAIS ANTIGO EM CIRCULAÇÃO NA AMÉRICA LATINA. 199 ANOS DE CREDIBILIDADE

1825 - 2025 FALTAM 249 DIAS



CABOCLINHOS

OS SONS E A BELEZA DA TRADIÇÃO

Agremiações participaram do Encontro de Caboclinhos e Tribos Indígenas, no Recife. O Galo da Madrugada e o Homem da Meia-Noite detalharam seus desfiles. Vida Urbana 10

RUAN PABLO/DP FOTO

Polícia Civil mira ex-vereadora do Recife por "rachadinha"

Operação Together cumpriu diligências no gabinete de Elaine Cristina (então PSol), uma investigação sobre repasses de parte de salário de assessores para a ex-parlamentar. Defesa diz que não teve acesso ao inquérito. Política 3

PARTIDO

RAQUEL DEIXA PSDB; PSD CONFIRMA FILIAÇÃO EM MARÇO

Política 4

SAÚDE

SAI NÍSIA TRINDADE; LULA NOMEIA ALEXANDRE PADILHA

Radar 14

PAULO PAIVA/SCR



COPA DO BRASIL

Operário-MT elimina o Sport nos pênaltis

Com o resultado, Leão está fora da competição ainda na 1ª fase. Agora, desafio do rubronegro é contra o Decisão. Esportes 15



sac
(81) 9217 0191 (whatsapp)
relacionamento@diariodepernambuco.com.br



assinaturas
(81) 3320 2020
Fotografe o QR code e acesse a página para fazer a sua assinatura do **Diario**

nas redes
YouTube **diariodepernambucotv**
Facebook **Diario de Pernambuco**
Instagram **@diariodepernambuco**
X **@DiarioPE**

Anuncie no **classi**_líder_ **(81) 3320-2020**
classilider@diariodepernambuco.com.br
editais@diariodepernambuco.com.br
comercial@diariodepernambuco.com.br



por uma prática sustentável, **recicle o seu**

Eufrázio

*Os artigos publicados nesta página são de responsabilidade dos seus autores e não refletem necessariamente a opinião do jornal.



Rodrigo F. Xavier *

Regulamentação da IA e o mundo jurídico

O vertiginoso alcance da Inteligência Artificial Generativa (IAG) nos mais diversos setores da sociedade, aliado à sua capacidade de evolução exponencial, suscita, para além da sensação de benefício que tal ferramenta propicia, diversos questionamentos sobre seu regime regulamentar, a devida proteção de dados de seus usuários, e de forma ainda mais ampla, sobre as garantias de direitos fundamentais dos indivíduos que serão por ela impactados.

Trata-se de uma revolução tecnológica sem precedentes e irreversível e os dois lados de tal "moeda" precisam ser devidamente considerados pelas esferas privadas e públicas. Ao melhorar previsões e otimizar operações de forma personalizada, são incontáveis os benefícios econômicos, ambientais e sociais que tal ferramenta pode propiciar, entretanto, como bem preceitua a sabedoria popular ao afirmar que a diferença entre o remédio e o veneno está na dose, alguns aspectos jurídicos precisarão ser postos em pauta de modo a harmonizar tal revolução com garantias fundamentais básicas.

Grupos de mídia mundo afora, como a Alden Global Capital, que administra centenas de jornais nos Estados Unidos, bem como o próprio *The New York Times*, movem ações por suposta violação de direitos autorais contra a OpenIA e Microsoft, acusando-as de utilizarem-se de seus conteúdos publicados para treinamento da IAG por trás do ChatGPT.

No Brasil, o projeto de lei 2.338/23 que visa regular o desenvolvimento e uso adequado de Inteligência Artificial (IA) permanece em debate, não produzindo ainda efeitos, e a legislação existente como Marco Civil da Internet (Lei no 12.965/2014) e a Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2018) são consideradas insuficientes para contemplar tal fenômeno em todas as suas nuances.

No Brasil, o projeto de lei 2.338/23 visa regular o desenvolvimento e o uso adequado de IA permanece em debate

Recentemente, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou resolução que estabelece diretrizes para o uso responsável da IA no Poder Judiciário. Dentre as principais atualizações, a respectiva resolução categoriza como baixo e alto risco aquelas ações eventualmente passíveis de serem formuladas a partir do uso de IA. A título de exemplo, é categorizado como alto risco "aferição da adequação dos meios de prova e a sua valoração nos processos de jurisdição contenciosa, sejam documentais, testemunhais, periciais ou de outras naturezas, especialmente quando tais avaliações possam influenciar diretamente a decisão judicial".

Por outro lado, a respectiva resolução considera como baixo risco a "produção de textos de apoio para facilitar a confecção de atos judiciais, desde que a supervisão e a versão final do documento sejam realizadas pelo magistrado e com base em suas instruções, especialmente as decisões acerca das preliminares e questões de mérito".

Prevê ainda, que os tribunais deverão implementar mecanismos de auditoria e monitoramento contínuos que visem garantir a compatibilidade das soluções de IA e os direitos fundamentais.

O fato é que os desdobramentos de tal dinâmica precisarão ser acompanhados de perto por usuários, produtores de conteúdo – como o bicentenário **Diario de Pernambuco** – e toda a sociedade.

*** Advogado especialista em direito econômico e regulatório e fundador do escritório Franca Xavier Advocacia**



Manuela Tenório *

Pingo de tinta no coração

Não vejo a Medicina como sacerdócio, mas busco me aproximar dos motivos que me fizeram escolher esta profissão.

No meu convite de formatura escrevi "Medicina é ciência, espiritualidade e amor ao próximo. Nesta primeira jornada, aprendi que os pacientes são nossos maiores mestres. Aprendi a aceitar a morte se esta é irremediável e que uma palavra ou gesto de carinho aliviam dores profundas".

Um lembrete.

A ceratopigmentação me trouxe isso. O propósito que me levou à medicina. A oportunidade de me aproximar da História de São Lucas – Médico de Homens e de Almas.

Quando conheci seu João, ele já carregava a perda da visão do olho esquerdo desde 2009. Os óculos escuros se tornaram seu escudo. O contraste entre o olho saudável e o esbranquiçado fazia com que ele se escondesse. A imagem que ele refletia no espelho já não o representava mais.

Sua história me lembrou que a Medicina não pode ser dissociada da empatia. Para muitos, a dor de não enxergar pode ser menor do que a de conviver com uma deficiência estampada no rosto. Do bullying às dificuldades de um novo trabalho, as razões para buscar essa transformação são muitas.

Quando conheci seu João, ele já carregava a perda da visão do olho esquerdo. Os óculos escuros se tornaram seu escudo

Ouvindo relatos dos pacientes transformados por essa técnica, abri meu caderno de notas. Escrevi palavras chaves que ouvia enquanto relatavam sua transformação. Anotei "vida nova", "pingos de tinta no coração e na alma", "quando eu deixei de ser deficiente". Lembro também de um senhor que disse que o olho branco era um assunto superado até a chegada dos netos. Palavras como essas me marcaram profundamente. Um novo lembrete.

A ceratopigmentação não devolve a visão, mas a dignidade e a autoestima. Devolve o sentimento de ser invisível de novo, no bom sentido. Um olhar esbranquiçado pode ser um lembrete silencioso. E é esse olhar opaco que desejo colorir.

Após a cirurgia, quando seu João se olhou no espelho, suas palavras não foram apenas de gratidão. Foram de libertação. "Me senti outro João", disse ele. E não há nada mais gratificante do que ver essa alegria refletida nos olhos de um paciente. Ver a autoestima sendo restaurada diante dos meus olhos é um grande privilégio.

*** Oftalmologista do Hospital de Olhos Santa Luzia**

DIARIOdePERNAMBUCO
Fundado em 1825 por Antonino José de Miranda Falcão



DIRETORIA

Presidente Carlos Frederico A. Vital | **Diretora de Jornalismo** Paula Losada | **Diretor de Redação** Ricardo Novelino

Editora-executiva: Tatiana Notaro | **Chefe de reportagem**: Carlos Lopes
Editores: Amanda Azevedo, Pupi Rosenthal, Flávio Adriano, Gustavo Lucchesi, Marcos Leandro e Pedro Ivo Bernardes. **Coordenador de arte:** Ira Oliveira

COMO ENTRAR EM CONTATO COM O DIARIO:
Leitor: **81 2122 7500** - assinante: **81 3320 2020** - Depart. Comercial e Marketing: **81 2122 7888/7892**

VENDA AVULSA

Localidade	TERÇA a SEXTA	SUPER EDIÇÃO
PE	R$ 3,00	R$ 5,00
PB	R$ 3,00	R$ 5,00
Outros estados	R$ 4,00	R$ 8,00

ASSINATURAS*

	PE / PB	Outros estados
segunda a domingo:		
anual	R$ 990,50	R$ 1.877,00
semestral	R$ 495,25	R$ 938,50
sábado e domingo:		
anual	R$ 260,00	R$ 624,00



Baixe o nosso novo app: **DP DIGITAL** Disponível na Play Store e na App Store

Eufrázio



por Ricardo Dantas Barreto

Diario político

diariopolitico@diariodepernambuco.com.br

Divisão dos holofotes

A governadora Raquel Lyra já está decidida em sair do PSDB para se filiar ao PSD, como já vem sendo esperado desde o ano passado. Candidaturas de Mirella Almeida, em Olinda, e de Daniel Coelho, no Recife, além de indicações para o diretório do partido já mostravam que ela estava pavimentando esse caminho. Sem falar, claro, de que Raquel tem a intenção de estar numa sigla da base do presidente Lula (PT), porém mais de centro. O PSD cai como uma luva nesse quesito. Por outro lado, corre o risco de perder o controle do PSDB pernambucano. Graúdos do PSD dizem que a data da filiação será 10 de março, mas há quem sugira o dia 11. Por que? 10 de março será o primeiro dia útil depois do Carnaval prolongado e haverá muitos balanços sobre segurança, número de visitantes, milhões de reais que circularam na economia, tanto do Estado quanto das prefeituras do Recife e de Olinda. A sugestão do dia 11 é por ser a véspera do aniversário do Recife, quando o principal adversário de Raquel, o prefeito João Campos (PSB), vai querer ocupar todos os espaços possíveis. Se a governadora fizer o ato de filiação no dia anterior aos 490 anos da Capital, com a presença de lideranças nacionais, certamente poderá dividir as atenções com o socialista, porque renderá muita repercussão. Bem, é uma sugestão de quem atua na política e acredita que essa mudança de partido tem que ser muito bem aproveitada pela governadora. Caberá à própria Raquel Lyra e aos seus estrategistas avaliarem a melhor alternativa.

Relação desgastada

Questionado sobre o ingresso da governadora Raquel Lyra no PSD, e que o presidente da Assembleia Legislativa, Álvaro Porto, pode assumir o PSDB, o presidente estadual da sigla tucana, Fred Loyo, repetiu a frase da própria gestora: "Ela já frisou que é porta-voz dela mesma". Mas, nos bastidores, o clima de desgaste entre Raquel e Loyo vem aumentando.

Tocou fogo

Entre deputados ligados ao Governo Raquel, a avaliação ontem foi de que o presidente da Assembleia, Álvaro Porto (PSDB), poderia ter atuado para amenizar clima interno, depois de todo o embate pelas comissões. No entanto, ao retornar da licença, "ele tocou fogo" e manteve a divisão.

Bom pra Pernambuco

Ontem foi dia de Alepe Folia, em frente à Assembleia Legislativa. O presidente Álvaro Porto subiu ao palco e falou no microfone que "a responsabilidade que esta Casa tem é com o povo de Pernambuco". Na testeira do palco foi observada a logomarca da Prefeitura do Recife apoiando a festa.

Fim da jornada 6x1

A deputada Érika Hilton (Psol-SP) conseguiu 226 assinaturas e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que acaba com a jornada de trabalho 6x1 vai tramitar na Câmara Federal. Da bancada pernambucana, 15 parlamentares do PL, MDB, PSB, Rede, SD, PV, PP, UB e PCdoB deram apoio à proposta. Essa PEC promete polemizar o debate no Legislativo.

CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE/DIVULGAÇÃO



Elaine encerrou o mandato em dezembro do ano passado, pois não conseguiu se reeleger

Ex-vereadora do Recife suspeita de "rachadinha"

Elaine Cristina (ex-PSOL) é alvo da Operação Together, da PCPE, que investiga esquema de repasse de parte de salários de assessores para a então parlamentar

MAREU ARAÚJO

"Agradeço a cada assessora e assessor que contribuíram com a realização desse projeto, com dedicação e sempre trazendo a necessidade da nossa população". Foi com essas palavras que a vereadora Elaine Cristina, então no PSOL, encerrou seu mandato na Câmara Municipal do Recife, em dezembro de 2024, após não reunir votos suficientes para se reeleger.

Quase dois meses depois, a agora ex-vereadora foi alvo da Operação Together, deflagrada pela Polícia Civil de Pernambuco, que cumpriu ontem 17 mandados de busca e apreensão. O motivo das diligências é que o gabinete de Elaine Cristina está sob investigação por "rachadinha", como é conhecido o repasse de parte do salário do assessor para o parlamentar.

O esquema seria operado pela própria vereadora, ao lado da chefe de gabinete Girlana Diniz. Em nota, as advogadas da ex-parlamentar afirmam que ainda não tiveram acesso total ao inquérito e alegam que a Polícia Civil tem desrespeitado o amplo direito de defesa.

Elaine foi candidata a vereadora pela primeira vez em 2020. Integrante da chapa coletiva Pretas Juntas, ficou na primeira suplência nas eleições municipais de 2020 e assumiu o cargo quando Dani Portela (PSOL) se elegeu deputada estadual em 2022.

O mandato coletivo, no entanto, rachou. A ruptura foi causada por estranhamentos entre as integrantes do coletivo, que chegaram a realizar uma manifestação contra Elaine na porta da Câmara Municipal, em abril de 2023. Na época, a vereadora era acusada pela colega de coletivo, Débora Aguiar, de golpe e tentativa de isolá-la, após exonerar 4 das 5 covereadoras.

> **A defesa diz que não teve acesso ao inquérito policial, o que "dificulta a apresentação de informações precisas..."**

Mãe de uma criança neurodivergente e moradora de Roda de Fogo, Zona Oeste do Recife, Elaine é ativista do coletivo Mães Independentes. A organização defende a ampliação do cultivo e a produção artesanal de óleo de cannabis para o tratamento de doenças raras.

Segundo informações no seu site oficial, Elaine teria sido a segunda pessoa em Pernambuco a conseguir autorização judicial para esse tipo de tratamento. Entre as pautas políticas, a ex-vereadora também afirma defender a presença das mulheres e da população negra em "espaços de poder e decisão".

DEFESA

Em nota, a defesa diz que não teve acesso ao inquérito policial, o que "dificulta a apresentação de informações precisas sobre o procedimento investigativo". Alega também que, mesmo após os cumprimentos dos mandados de busca e apreensão, continuam sem acessar "as diligências já realizadas", o que, para eles, é "uma clara violação dos direitos da defesa".

A defesa "reitera o compromisso de Elaine Cristina com a Justiça, aguardando, com plena confiança, que os direitos da defesa sejam respeitados, permitindo, assim, que as investigações prossigam de forma transparente e imparcial".



por Leandro Mazzini, com equipe DF, SP e RJ

Esplanada

diariodepernambuco.com.br

Desafio para Motta

O presidente da Câmara, Hugo Motta, tem sido avisado pelos deputados mais experientes que não pode ceder às pressões do PT e do Governo e impedir que as Comissões temáticas da Casa sejam repartidas de acordo com o tamanho das bancadas. Advertem, ainda, que não pode haver vetos a nomes. Caso ele ceda, perde "sua governabilidade" no plenário. Motta é aconselhado a fazer respeitar o princípio da proporcionalidade, como fez o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, ao entregar o controle das Comissões de acordo com as bancadas e sem vetos. O minirecesso para a folia de Carnaval será a prova de fogo para o neófito da Mesa Diretora.

Itaipu na linha

No dia 30 de maio, Brasil e Paraguai devem assinar o novo Anexo C do Tratado da Usina Binacional de Itaipu. Foi o que acertaram, na última sexta (21), o presidente Santiago Peña, com os seus ministros da Indústria e Comércio, das Relações Exteriores e das Obras Públicas, com o ministro de Minas e Energia do Brasil, Alexandre Silveira, e a Secretária-Geral do Itamaraty, Maria Laura.

Fila andou

Filho do saudoso deputado Júlio Redecker, uma das vítimas do acidente do avião da TAM no Aeroporto de Congonhas, o jovem Lucas Redecker (PSDB-RS) – que herdou o eleitorado – deixa o comando da Comissão de Minas e Energia elogiado pelo corpo diplomático do Brasil e vários países. Avalizado por Hugo Motta, ele fez a fila andar para acordos bilaterais travados há anos na Câmara. Foram mais de 15 em três semanas.

O receio de Paes

O sonho do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), é que a direita vá dividida para 2026. O grande temor de Paes é que as lideranças conservadoras – entre eles Altineu Côrtes (PL), Dr. Luizinho (PP), o governador Cláudio Castro (PL) e Washington Reis (MDB) – se unam em torno do nome de Rodrigo Bacellar (União), presidente da ALERJ e, hoje, o forte nome da centro-direito no jogo fluminense.

Calma, gente

A Coluna tem mantido contatos diários com fontes do comitê de imprensa do Vaticano e afirma que a saúde do Papa Francisco não é tão ruim quanto divulgada pela mídia longe de Roma, em diferentes países. O quadro do Papa é preocupante mas ele não está morrendo, como se ventila, e vem respondendo bem ao tratamento, por ora, pela idade avançada. O porta-voz do Vaticano aparece duas vezes ao dia para o *briefing*.

Portos à deriva

O movimento de *containers* no setor portuário brasileiro tem passado por fase de esgotamento desde 2024. Das 5.663 operações de embarques ocorridas no ano, apenas 1.277 ocorreram dentro do prazo – apenas 23%. As informações de boletins setoriais aos quais a reportagem teve acesso apontaram que a má infraestrutura dos portos é a causa dos atrasos e cancelamentos de embarques.



RAFAEL VIEIRA/DP FOTO

Na última semana, Raquel Lyra chegou até a admitir sua insatisfação com o PSDB

Raquel de malas prontas para deixar ninho tucano

Migração era especulada desde o ano passado e foi confirmada ontem pela cúpula nacional do PSD, seu próximo partido. Filiação está prevista para 10/03

GUILHERME ANJOS

A governadora Raquel Lyra está de saída do PSDB. Ela vai se filiar ao PSD, de Gilberto Kassab, segundo fontes da cúpula nacional do partido. O Diario de Pernambuco apurou que o evento de filiação está previsto para o dia 10 de março, às 19h. A expectativa é de que o ato conte com a presença do próprio Kassab.

Segundo informações extraoficiais, ela também deve assumir a presidência estadual da legenda, cargo exercido atualmente pelo ministro da Pesca e Aquicultura, André de Paula (PSD).

A mudança era especulada há alguns meses, com o PSD sendo o principal pretendente. O MDB também fez uma proposta à governadora, que foi rejeitada.

Na última semana, Raquel admitiu sua insatisfação com o ninho tucano, que teria "diminuído de tamanho", e confirmou que estava negociando uma saída da sigla. O partido possui apenas 13 deputados federais e três senadores. Outro agravante é a oposição ao presidente Lula (PT), de quem Lyra deseja se aproximar.

O presidente nacional do PSDB, Marconi Perillo, descartou uma união partidária com o PSD e o MDB na última semana, e confirmou tratativas com Solidariedade e Podemos – alianças que deixariam Lyra ainda mais distante de Lula.

Raquel Lyra está no PSDB desde 2016, quando deixou o PSB após ser desautorizada a se candidatar à prefeitura de Caruaru. Pelos tucanos, foi prefeita por duas vezes, e se elegeu governadora de Pernambuco.

PESQUISA CNT

Rejeição a Lula dobra no Nordeste

Pesquisa CNT divulgada ontem mostra que as avaliações negativas do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva dobraram no Nordeste em um período próximo a um ano. A região é tida como um reduto petista nas últimas décadas. Nos últimos anos, o PT conseguiu eleger governadores apenas em estados nordestinos, como Piauí, Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte.

Em janeiro de 2024, 14% dos nordestinos classificavam o governo como ruim ou péssimo, enquanto 61% o avaliavam como bom ou ótimo segundo o levantamento. Passado pouco mais de um ano, em fevereiro de 2025, 40% dizem que a gestão é boa ou ótima - uma queda de quase 20 pontos porcentuais - e 30% afirmam que a gestão é ruim ou péssima.

NACIONAL

A avaliação do governo federal e a aprovação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pioraram. O índice de aprovação de Lula caiu de 50% para 40,5%, enquanto a desaprovação subiu de 46% para 55% – salto de 9 pontos percentuais.

Quanto ao governo federal, a avaliação negativa registrou crescimento de 13 pontos percentuais em relação à rodada anterior, de novembro de 2024, quando era de 31%, e chegou a 44%.

Os dados fazem parte da 163ª rodada da pesquisa divulgada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT). Foram entrevistadas 2.002 pessoas entre 19 e 23 de fevereiro. **(Estadão Conteúdo e Metrópoles)**

Crédito para revitalizar centros históricos

FNE Retrofit conta com 12 anos de prazo para pagamento, com quatro de carência. Empreendedores já podem apresentar projetos ao BNB

PEDRO IVO BERNARDES

A nova linha de crédito voltada à revitalização de centros históricos na área de atuação da Sudene e do Banco do Nordeste (BNB) já está disponível para empreendedores que pretendem investir em recuperação, revitalização e retrofit de imóveis localizados nessas áreas.

Segundo informações da instituição, a linha FNE Retrofit está disponível a todos os empreendedores que tenham atividade produtiva e queiram se instalar nos centros históricos urbanos. Sem teto de crédito, os financiamentos nessa modalidade contam com 12 anos para pagamento, com quatro anos de carência. Para acessar o financiamento é preciso apresentar o projeto ao Banco do Nordeste para avaliação pela equipe técnica do banco.

Na última segunda-feira (24), o BNB e a Sudene receberam os primeiros candidatos a acessar o FNE Retrofit, um grupo de empresários da Rua da Imperatriz, que num passado não muito distante já foi um dos principais corredores do comércio do Recife.

Em visita ao Diario de Pernambuco, onde foi recebido pelo vice-presidente do jornal, Diogo Vital, e pela diretora de Jornalismo, Paula Losada, o superintendente do Banco do Nordeste em Pernambuco, Hugo Braga, detalhou o funcionamento dessa linha de crédito, que está alinhada à diversificação dos financiamentos para atender o setor produtivo, como as linhas voltadas à Inovação, Startups e Turismo. "Partimos do diálogo com os setores para definir essas linhas, porque ter R$ 7 bilhões pode ser muito ou pode ser nada se a gente não souber as demandas do setor. Por isso estamos sempre ouvindo o Sistema S, Fecomércio, Fiepe e Sebrae", explicou.

MARINA TORRES/DP FOTO



Hugo Braga, do BNB, detalhou a linha de crédito

MOBILIDADE

Governo republica edital do Arco

THATIANY LUCENA

O Governo de Pernambuco, através da Secretaria de Administração, publicou um novo aviso de licitação no Diário Oficial do Estado de ontem para a execução das obras e serviços de implantação do Arco Viário Metropolitano no trecho 2, localizado entre a BR-408 e a BR-101 Sul, que se estende entre a BR-232 e pela BR-101, com extensão 25,32 km.

Com o valor estimado de R$ 744.239.797,34, as propostas deverão ser entregues até às 9h45, com início da disputa às 10h (horário de Brasília) do dia 11 de abril. O edital pode ser acessado no site www.compras.gov.br e também pelo Portal Nacional de Contratações Públicas - (PNCP), no www.pncp.gov.br.

A republicação foi realizada para que fossem realizadas adequações às exigências do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PE). Com esta republicação já são três editais lançados com o mesmo objeto. A publicação inicial do edital foi realizada no dia 28 de dezembro, no Diário Oficial do Estado no valor de R$ 743.625.893,40. No dia 8 de fevereiro, uma nova publicação do edital, com o mesmo valor, foi realizada com o prazo da disputa para o dia 31 de março.

Agora, com valor estimado de R$ 744 milhões, ou seja, a republicação teve um incremento de R$ 613.903,94 no valor estimado anteriormente. Já em relação ao prazo, o certame atual prorroga por mais dez dias a disputa do edital. Com isso, o início da obra, prevista para começar em abril, deve passar por ajustes no cronograma.

Em nota, o Departamento de Estradas de Rodagem de Pernambuco (DER-PE) informou que devido à necessidade de ajustes no orçamento, o edital precisou ser republicado.

HESÍODO GOES/SECOM-PE



Valor estimado do edital de licitação é de R$ 744 mi

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL E NOTIFICAÇÃO

02 UNIDADES DO EDIFÍCIO ILHA DE PATMOS, IMBIRIBEIRA, RECIFE – PE
01 UNIDADE DO EDIFÍCIO ILHA DE KALYMNOS, IMBIRIBEIRA, RECIFE – PE

A COMISSÃO DE REPRESENTANTES DO "CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO ILHA DE PATMOS" (CNPJ 25.356.220/0001-83), em construção no lote nº 6-D, da quadra LXIII, integrante do Loteamento Nossa Senhora do Pilar, terreno de marinha "domínio útil", localizado na Avenida Engenheiro José Brandão Cavalcanti, nº 906, Imbiribeira, Recife-PE, de acordo com §§ 1º ao 5º do art. 63, da Lei 4.591/64 e nas disposições constantes do Termo de Inscrição em Condomínio fechado com reserva de imóvel, bem como no Contrato de Permuta, do Contrato de Construção e outros ajustes preliminares celebrados, visando a construção do EDIFÍCIO ILHA DE PATMOS, vem comunicar a realização de Leilão presencial e online Extrajudicial das unidades (direitos e ações sobre a fração ideal do terreno) a seguir informadas, a quem interessar possa, e, especialmente, aos condôminos inadimplentes aderentes da fração ideal de terreno e de construção do correspondente à unidade imobiliária em construção a seguir, cuja avaliação corresponde ao somatório do desembolso efetuado para a construção do empreendimento, bem como ao débito vencido e inadimplido e das parcelas vincendas, acrescidos das despesas com este público leilão, custas cartorárias e honorários advocatícios: APTOS 1203 e 1303 - CONDÔMINOS INADIMPLENTES: MEB GESTÃO EMPRESARIAL LTDA, inscrita no CNPJ n.º 45.xxx.xxx/xxxx-07, com sede em Recife-PE. DESCRIÇÃO DOS IMÓVEIS: Fração ideal de 0,016715, do terreno de marinha (domínio útil), identificado pelo lote de nº 6-D, da quadra LXII (63), integrante do Loteamento Nossa Senhora do Pilar, situado na Avenida Engenheiro José Brandão Cavalcante, no bairro da Imbiribeira, nesta cidade, resultante do desmembramento do lote único, S/N, este, oriundo do remembramento dos primitivos lotes 06 a 15, da citada quadra e loteamento, fração essa, que corresponderá aos Apartamentos Residenciais de nº 1203 e 1303, a se localizar nos 12º e 13º pavimentos elevados do Edifício Ilha de Patmos (de finalidade mista), em construção no mencionado terreno, o qual confronta-se pela frente com a Avenida Engenheiro José Brandão Cavalcante; lado direito com o lote 6-C, com frente para a mesma avenida, parte do lote 17 e lote 16, ambos com frentes para a Rua Juvenal Galena, Fundos com a Rua Juvenal Galena, lado esquerdo com a Rua Dr. Rodolfo Morais Gedes Alcoforado. Os Apartamentos de início citados terão direito a 2 vagas de garagem de nº s 43 e 44 cobertas/duplas e de nºs 25 e 26 cobertas/duplas, localizadas no pavimento térreo, e as seguintes áreas: real privativa de 89,38m2, real comum de 57,05m2° (sendo 22,00m2 de área comum de divisão não proporcional e 35,05m2 de divisão proporcional) e real total de 146,43 m². Matrículas 3726 e 3730, Ficha 01F, 5º Registro de Imóveis do Recife. AVALIAÇÕES: R$ 534.313,64; LANCES INICIAIS: 1º LEILÃO: R$ 534.313,64 e 2º LEILÃO: R$ 524.313,64 (cada unidade). DADOS DO EMPREENDIMENTO: EDF. RESIDENCIAL E COMERCIAL, POSSUINDO 17 PAVIMENTOS, SENDO 01 TÉRREO, 01 VAZADO, 13 ELEVADOS COM 04 APARTAMENTOS POR ANDAR, 01 PAVIMENTO DE LAZER E 01 CASA DE MÁQUINA, TOTALIZANDO 52 UNIDADES HABITACIONAIS PRIVATIVAS AUTÔNOMAS E 06 LOJAS COMERCIAIS AUTÔNOMAS. PREVISÃO PARA ENTREGA DO EMPREENDIMENTO: Aproximadamente junho de 2025. A COMISSÃO DE REPRESENTANTES DO "CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO ILHA DE KALYMNOS" (CNPJ 25.356.451/0001-97), em construção no lote nº 6-C, da quadra LXIII, integrante do Loteamento Nossa Senhora do Pilar, terreno de marinha "domínio útil", localizado na Avenida Engenheiro José Brandão Cavalcanti, nº 938, Imbiribeira, Recife-PE, de acordo com §§ 1º ao 5º do art. 63, da Lei 4.591/64 e nas disposições constantes do Termo de Inscrição em Condomínio fechado com reserva de imóvel, bem como no Contrato de Permuta, do Contrato de Construção e outros ajustes preliminares celebrados, visando a construção do EDIFÍCIO ILHA DE KALYMNOS, vem comunicar a realização de Leilão presencial e online Extrajudicial das unidades (direitos e ações sobre a fração ideal do terreno) a seguir informadas, a quem interessar possa, e, especialmente, aos condôminos inadimplentes aderentes da fração ideal de terreno e de construção do correspondente à unidade imobiliária em construção a seguir, cuja avaliação corresponde ao somatório do desembolso efetuado para a construção do empreendimento, bem como ao débito vencido e inadimplido e das parcelas vincendas, acrescidos das despesas com este público leilão, custas cartorárias e honorários advocatícios: APT 701 - CONDÔMINOS INADIMPLENTES: FREDERICO W. P. e sua esposa, MICHELINE DE F. D. P., inscritos nos CPF's n.º 519.xxx.xxx-53 e 831.xxx.xxx-15, com endereço residencial em João Pessoa/PB. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:Fração ideal de 0,038462, do terreno de marinha (domínio útil), identificado pelo lote de nº 6-C, da quadra LXII (63), integrante do Loteamento Nossa Senhora do Pilar, situado na Avenida Engenheiro José Brandão Cavalcante, no bairro da Imbiribeira, nesta cidade, resultante do desmembramento do lote único, S/N, este, oriundo do remembramento dos primitivos lotes 06 a 15, da citada quadra e loteamento, fração essa, que corresponderá ao Apartamento Residencial de nº 701, a se localizar no 07º pavimento elevado do Edifício Ilha de Kalymnos, a ser construído no mencionado terreno, o qual confronta-se pela frente com a Avenida Engenheiro José Brandão Cavalcante; lado direito com o lote 6-B, lado esquerdo com o lote 6-D, ambos com frente para a mesma avenida; fundos com os lotes 18 e 19 e parte do lote 17, com frente para a Rua Juvenal Galena, sendo todos os lotes confrontantes da mesma quadra e loteamento. O Apartamento de início citado terá direito a 2 vagas de garagem de nº s 49 e 50 coberta/semicoberta/dupla, localizadas no pavimento vazado e, as seguintes áreas: real privativa de 133,07m2, real comum de 72,37m2 (sendo 22,00m2 de divisão não proporcional e 50,37m2 de divisão proporcional) e real total de 205,44 m². Matrícula 2773, Ficha 01F, 5º Registro de Imóveis do Recife. AVALIAÇÃO: R$ 795.492,46 LANCES INICIAIS: 1º LEILÃO: R$ R$ 795.492,46 e 2º LEILÃO: 765.492,46. DADOS DO EMPREENDIMENTO: EDF. RESIDENCIAL POSSUINDO 17 PAVIMENTOS, SENDO 01 TÉRREO, 01 VAZADO, 13 ELEVADOS COM 02 APARTAMENTOS POR ANDAR, 01 PAVIMENTO DE LAZER E 01 CASA DE MÁQUINA, TOTALIZANDO 26 UNIDADES HABITACIONAIS PRIVATIVAS AUTÔNOMAS. PREVISÃO PARA ENTREGA DO EMPREENDIMENTO: Aproximadamente junho de 2025. DATAS, HORÁRIO E LOCAL: 1º Leilão, no dia 14/03/2025 (sexta-feira), às 10:00 horas, por valor igual ou superior ao da avaliação, e, não havendo arrematação no 1º Leilão, fica desde já designado: 2º Leilão pela maior oferta, exceto preço vil, no mesmo dia e local, sendo que às 10:30. LOCAL PRESENCIAL: Avenida Governador Agamenon Magalhães, 4779, Empresarial Isaac Newton, sala 903, Ilha do Leite, Recife-PE. LOCAL VIRTUAL (Auditório): www.inovaleilao.com.br - Link do leilão. VISITAÇÃO: O bem e a obra de construção poderão ser visitados, mediante prévio aviso e agendamento com o leiloeiro oficial ou representantes do condomínio. INTIMAÇÃO: Ficando, desde já, devidamente NOTIFICADOS os inadimplentes e aproveitamos o momento para convidar os interessados no referido PÚBLICO LEILÃO. MAIORES INFORMAÇÕES COM O LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL: DIOGO MATTOS DIAS MARTINS, devidamente inscrito na JUCEPE sob nº 381. Contatos: (81) 3061.0818 (whatsapp) e 3132.5966. Site de divulgação: www.inovaleilao.com.br. f) Este Edital será publicado na forma de extrato e não é exaustivo, podendo outras informações serem apregoadas pelos Sr. Leiloeiro, que também tem em seu poder todos os documentos pertinentes que poderão ser examinados até a data e hora do leilão, por todos os interessados. O edital completo será publicado no site do leiloeiro. Recife, 19 de março de 2025. CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO ILHA DE PATMOS - CNPJ nº 25.356.220/0001-83 e CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO ILHA DE KALYMNOS CNPJ 25.356.451/0001-97.





FÁBIO ROCHA/GLOBO

Recife celebra a Leoa do Norte

Elba Ramalho, que ruge no frevo com a força de mil orquestras, é homenageada no carnaval do Recife

ALLAN LOPES

Leonina de signo e Leoa do Norte por essência, Elba Ramalho canta e dança o frevo com a imponência de quem reina na selva cultural do Recife. A diva paraibana tem sua alma e voz marcadas por uma energia que percorre do Marco Zero a Boa Viagem, com seu repertório repleto de hinos como *Frevo Mulher, Voltei Recife* e *Banho de Cheiro*. Uma majestade cujo reinado é eterno, Elba será homenageada por sua trajetória quase cinquentenária no Carnaval do Recife 2025.

A conexão da cantora com a capital pernambucana é daquelas que a vida desenhou desde o início. Em 1966, ainda menina, subiu ao palco pela primeira vez com o Coral Falado Manuel Bandeira, onde fazia encenações híbridas da poética nacional e internacional nas aulas de literatura, em Campina Grande. A emoção quando recitou os versos de Evocação do Recife a marcou para sempre. “Eu sei o poema decorado até hoje. Soube naquele instante que a cidade faria parte da minha vida”, lembra Elba em conversa exclusiva com o Viver.

Mas a relação com a Veneza Brasileira vai além do que o destino poderia ter planejado. Seu pai, o agricultor e instrumentista de orquestra João Nunes, nasceu em Carnaíba, no Sertão do estado, e era um apaixonado pelo frevo. Foi dele que a artista herdou o gosto pela música e, mais importante, o fervor pela cidade e pelo ritmo que a consagraria como parte de sua nobreza. “Um dia, ousei sentar na orquestra e tocar frevo. Aprendi a dançar, a fazer o passo da tesoura, e cultivei o amor por Pernambuco e sua cultura através do meu pai”, explica.

PARCERIA

Grandes mestres do nosso cancioneiro também ajudaram a lapidar a formação artística de Elba, entre eles Carlos Fernando, que a convidou para integrar o projeto mais ousado de frevo até então. Dentro de um apartamento em Ipanema, fervilhava um dos epicentros criativos da música brasileira. “Asas da América praticamente nasceu na minha casa, porque eu morava com Geraldo Azevedo e Carlos, que só ia para casa dormir. Depois, íamos para a de Alceu Valença, onde estavam Paulo Rafael e Zé Ramalho. Era um movimento intenso”, recorda.

Dessa convivência diária surgiu uma das colaborações mais especiais entre Elba e Carlos Fernando. No segundo volume de Asas da Américas, destaca-se a eletrizante Banho de Cheiro, canção que se tornaria um dos símbolos de sua carreira. “Muito marcante para mim. É um dos frevos mais executados nos carnavais do Brasil. Se tocar num bloco do Rio de Janeiro, a orquestra vai puxar”, crava a cantora.

No que diz respeito à sua trajetória na folia recifense, Elba lembra de um momento especial: o encerramento do carnaval de 1987 em que se apresentou sem saber que estava grávida de seu filho, Luã Yvis. “Quando olhei para as minhas pernas, vi o sangue escorrendo, mas não parei. Passei o Carnaval sem saber que estava grávida. Foi uma apresentação incrível, debaixo de chuva, suor e sangue. Depois, pensei: “Como sou doida” Mas foi lindo”, exalta.

Festejada ao lado de Marron Brasileiro e da Troça Abanadores do Arruda, ela agradece a homenagem com um sorriso tímido, bem diferente da postura enérgica que leva aos palcos. “Sei dar e sei receber. Quando me proporcionam essa homenagem, recebo com felicidade e me esforço para demonstrar que sou merecedora”.



CURTA

MÚSICA

Cantor e compositor Tiago Asfora lança frevo

Cidade Poesia é o nome do mais novo frevo do cantor e compositor pernambucano Tiago Asfora. A música, gravada ao vivo, também conta com a linda voz de Karina Ventura e o piano elegante de Lúcio Azevedo. O clipe registra imagens do Recife no amanhecer de 9 de Fevereiro, o Dia do Frevo. Cidade Poesia também homenageia o Bloco das Ilusões

Vale Tudo está de volta em sintonia com o presente

Elenco e equipe do remake de uma das novelas mais marcantes da TV Globo compartilharam suas expectativas para a estreia no final de março


FÁBIO ROCHA/GLOBO

Taís Araújo e Bella Campos vão reviver as personagens Raquel Acioli e Maria de Fátima

ROBSON GOMES
Giro Blog

Bastaram três minutos de um trailer na noite da última segunda-feira (24), no intervalo da novela *Mania de Você*, na TV Globo, para que os telespectadores criassem uma enorme expectativa pela sucessora na faixa das nove. Uma "velha conhecida" que virá contextualizada para os dias atuais: *Vale Tudo*, que estreia no próximo dia 31 de março.

Exibida originalmente em 1988 e escrita por Gilberto Braga, pelo pernambucano Aguinaldo Silva e por Leonor Bassères, a história está sendo reescrita por Manuela Dias. Ontem, a Globo reuniu a imprensa – incluindo o *Viver* – em uma primeira coletiva online com o elenco, a autora e o diretor geral Paulo Silvestrini.

No encontro, eles falaram como tem sido a missão de recriar a narrativa, escolhida para comemorar os 60 anos da TV Globo. "Para o fã, a essência da obra está preservada. E para quem não conhece, é um convite para entrar em contato com uma história que é a expressão máxima do gênero novela", disse Paulo.

PROTAGONISTA

"Raquel é uma personagem muito bem escrita. Eu diria que perfeita, por toda a jornada que ela tem. É um sentimento de honra e responsabilidade assumir esse papel", falou Taís Araújo que viverá a protagonista Raquel Acioli.

O quesito representatividade permeou quase toda a coletiva. A nova *Vale Tudo* coloca não só mais personagens pretos na tela, como também em funções de destaque, a começar pelas protagonistas: a própria Taís e Bella Campos, que vai viver a vilã Maria de Fátima.

"Eu acho que a Raquel sempre foi preta. Ela só era vista pelos olhos do racismo estrutural", destaca Manuela Dias. "De 1988 para cá, passamos por um letramento social e, felizmente, enxergamos essas diferenças nos tratamentos sociais, raciais e de gênero".

"Quando pego os capítulos para ler, parece que foi escrito mesmo para uma mulher preta, trabalhadora, mãe solo, guerreira. E a Raquel que faço é uma homenagem a essas mulheres que estão na base dessa pirâmide social", avalia Taís.

Palavras cruzadas

Período de formação necessário ao futuro cirurgião plástico
Posto de lado (fig.)
Reunião literária que ocorre à noite
Na (?): à força
101, em romanos
"Essa (?) Liberdade", sucesso do Só Pra Contrariar
Gamão e xadrez
País e (?) do excepcional: auxiliam as Apaes
(?) de si: irritar-se
(?) 51, região que é alvo de teorias da conspiração (EUA)
A parte mais íntima do ser
Evento "off road"
(?) de classe, fator que facilita injustamente a ascensão social
Letra-base da escrita do cifrão (Fin.)
Deus, em inglês
Capital afegã
Xícara, em inglês
(?)-limão, erva muito utilizada em pratos asiáticos
Efeito sonoro
Título islâmico
"A Insustentável Leveza do (?)", livro
Transferência de recursos
Pique-(?), brincadeira
Cobra agressiva
Rua densamente arborizada
É negociada em leilões de bovinos
Osso do ombro
Sangue (?): nobre
(?) divina: causa do Dilúvio (Bíblia)
Ação que enriquece o vocabulário
Indica o norte na rosa dos ventos
Em (?): na moda
Sílaba de "testa"
Cada artigo de um contrato
Não, em francês
Obra como "O Lago dos Cisnes"
Marqueteiro responsável pela eleição de 6 presidentes
Raiz asiática, melhora a circulação do sangue
Material danoso a cartões eletrônicos
(?)-Codi, órgão da Ditadura Militar

BANCO 3/cup — god — imã — non. 5/cabul. 6/amigos. 11/joão santana. 18

EXERCITE SUA MENTE COM >>>> COQUETEL
Disponível em bancas de todo o Brasil!
/revistascoquetel @coquetel @editoracoquetel

Astros

ÁRIES (21/03 a 20/04)
Esse pode ser um daqueles dias nos quais você sabe o que quer; as pessoas sabem do que você precisa, mas os dois não coincidem nunca. A prática de exercícios pode ser um bom meio de canalizar seu vigor e deixá-lo mais calmo.

TOURO (21/04 a 20/05)
Você costuma ser excelente negociador, mas, na ânsia de atingir o objetivo, pode se prejudicar.

GÊMEOS (21/05 a 20/06)
Dificuldade de concentração deve ser seu maior problema hoje, principalmente quando o assunto não desperta interesse. Evite os chatos e aproxime-se dos charmosos.

CÂNCER (21/06 a 22/07)
Uma conjunção de aspectos sugere que lhe faltará a energia necessária para tirar vantagem Do que o dia pode lhe proporcionar.

LEÃO (23/07 a 22/08)
Seja você solteiro ou comprometido, o dia se apresenta bastante promissor no campo do romance. Infelizmente, você se mostrará complacente demais, o que pode dar a impressão de indiferença.

VIRGEM (23/08 a 22/09)
Você hoje pode ter a agradável surpresa de ver mais de uma pessoa fazer algo bacana por você, sem nenhum motivo especial, simplesmente por impulso.

LIBRA (23/09 a 22/10)
Você pode mergulhar em algo sem considerar os fatos. Antes de assumir compromisso cheque duas vezes: a hora, o lugar, como, quando, quem e porquê!

ESCORPIÃO (23/10 a 21/11)
Cuidado para não misturar prazer com trabalh. Seja qual for situação, por mais interessante que seja a pessoa, mantenha uma postura profissional.

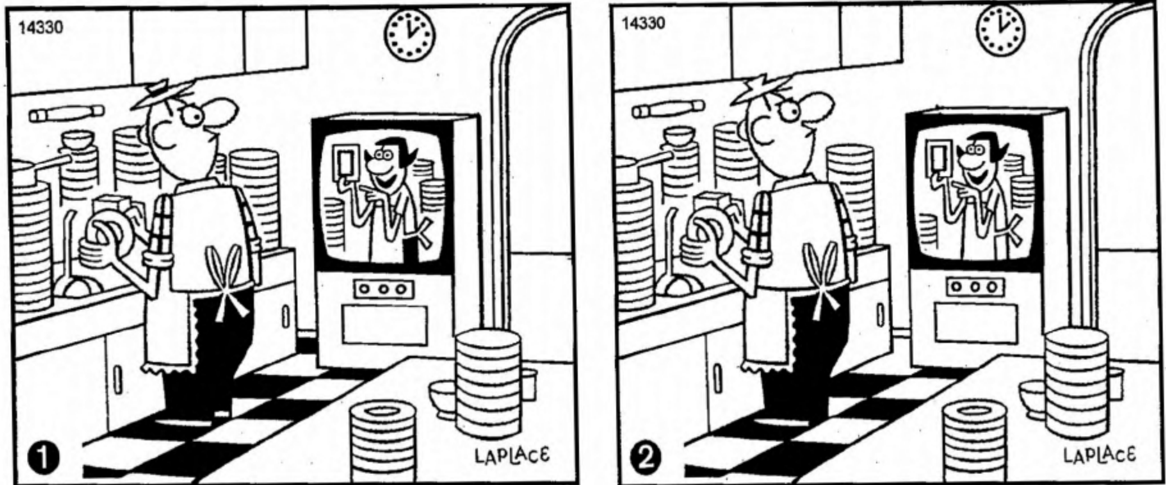
SAGITÁRIO (22/11 a 21/12)
Tarefas que normalmente executa com facilidade podem estar cheias de complicações inesperadase. Para que tudo termine bem, é importante não fazer nada correndo.

CAPRICÓRNIO (22/12 a 20/01)
Você é produtivo demais para ficar se gabando dos seus feitos. No entanto se tiver a oportunidade de fazê-lo, não se sinta constrangido.

AQUÁRIO (21/01 a 19/02)
Eventos que incluam gastos altos, ou apostas, devem ser evitados a qualquer custo.

PEIXES (20/02 a 20/03)
Você normalmente não é egoísta ou ciumento com os seus pertences. Mas hoje a situação pode ser diferente, e quem lhe pedir qualquer coisa corre o risco de passar por uma situação desagradável.

8 erros



Resolução: 1. Detalhes do chapéu do homem. 2:Pilha de prato próxima ao queixo do homem.3:Parte esquerda do avental do homem.4:Formato das pontas dos laços do avental. 5:Sapato direito do homem. 6:Tamanho da pilha de pratos na esquerda da mulher. 7:Cor da calça da mulher. 8:Cor do piso entre a TV e a pia.



MICHELLY MATOS/DIVULGAÇÃO



Recife purificado

Pelo sexto ano, o Ubuntu integra a programação oficial do Carnaval do Recife. A tradicional lavagem da Avenida Rio Branco com as águas de Oxalá acontece nesta quarta-feira, começando às 6h, com a preparação do banho de ervas.

À tarde, os grupos de afoxé se reúnem para a lavagem da Avenida Rio Branco, conduzindo os foliões em um ritual de purificação até o Marco Zero.

O evento contará com a apresentação especial da cantora baiana Virgínia Rodrigues, acompanhada pelo violonista Léo Mendes e o grupo Edun Ara Sango.

MARINA TORRES/DP FOTO



O superintendente do BNB, Hugo Queiroz, ciceroneado por Diogo Vital em visita ao **Diario de Pernambuco**

DIVULGAÇÃO



Carlos Veras, Teresa Leitão e Humberto Costa na festa dos 45 anos do PT, no Rio de Janeiro

ACERVO PESSOAL



Bruno Takahashi com o apresentador Zeca Camargo, que passou os últimos dias conferindo a folia pernambucana

DIVULGAÇÃO



Na Bessie Casa Forte, Juliana Queiroz e Giselle Freitas com muitas opções de maquiagem e cabelo para a folia

Bailinho

O Shopping Costa Dourada, no Cabo de Santo Agostinho, encerra sua programação carnavalesca, nesta quinta-feira, com o desfile do Bloco do Costinha. Este é o oitavo ano da atração.

No Galo

O camarote Galo Summer está nos ajustes finais para receber os foliões durante o desfile do Galo da Madrugada. Celebrando seus 10 anos de fundação, o espaço contará com shows de Valdinho Paes, Faringes da Paixão, além de open bar premium, café da manhã, mesa de frios e salgados e uma feijoada.

Aberto

O Bargaço vai funcionar durante todo o carnaval, a partir das 11h30. Na sexta e no sábado, ficará aberto até a madrugada.

ACERVO PESSOAL



Jorge Moraes e Flávia Galvão Moraes já no clima da folia

PALOMA AQUINO/DIVULGAÇÃO



O fotógrafo Felipe Souto Maior com a gola de caboclo de lança bordada por Jefferson Limah

DIVULGAÇÃO


O presidente da Compesa, Alex Campos, e o cantor Josildo Sá no primeiro baile do bloco *Gota d'Água*, que reuniu os funcionários da companhia

CRISTIANO CARVALHO/AGÊNCIA R&A


Fernando Soares e Cris Lemos com o cantor Geraldinho Lins, atração surpresa do Baile da CiS

RUAN PABLO/DP FOTO


Ricardo Paes Barreto e Sandra Paes Barreto no baile de gala que agitou o Espaço Dom

ACERVO PESSOAL


A juíza Patrícia Caiaffo e Aderbal Pitagoras curtindo o carnaval do Country Club

Estreia

Com jingle gravado por André Rio, a Seara estreia no Galo da Madrugada com seu maior investimento para o carnaval 2025. A marca chega ao desfile com dois trios elétricos e assina a tradicional mesa de frios do café da manhã do bloco. A atriz Fabiana Karla ficará à frente da cobertura digital, mostrando os bastidores da folia.

Bloquinhos

Nesta quarta, a partir das 10h, o Hapvida vai promover dois bloquinhos de carnaval. Na Ilha do Leite, acontece a *Liga dos Mascarados*, sob o comando do chefe de cirurgia geral, Pedro Gonzaga. Já no Hospital Mandacaru, a festa fica por conta do *Berço Elétrico*, que levará o Urso Coragem para divertir as crianças.

Expresso

O Shopping Guararapes vai oferecer novamente o Expresso Carnaval, serviço de transporte que levará os passageiros diretamente para os polos de folia. Este ano, a novidade é a inclusão do trajeto para o Galo da Madrugada.

Em Olinda

O bloco *Tomamu no Papeiro* desfila neste sábado, em Olinda. A concentração começa às 10h, na Pousada Baobá, no Carmo. A saída está prevista para o meio-dia. A Orquestra do Maestro Botelho e um grupo de samba vão animar os foliões.

Niver

Angélica Zenith, César Barros, Cinthya Leite, Daniela Nader, Eduardo Paes Mendonça, Eroneide Garcia, Fernando Alencar, Flávio Gadelha, Hilson Macedo Filho, Ivo Dantas, Leonardo Lamartine, Marcelo Cavalcante, Maria Ludovica Amblard, Paulo Frederico Badaró Cruz, Renata Maia, Renata Magalhães, Renée Nebl Jardim, Sólon Galvão de Melo, Thiago Gasparini Garcia, Valdir Bitu Filho e Victor Cantarelli.

RUAN PABLO/DP FOTO


Bruna Cabral com a bela cabeça em forma de orquídea, que fez o maior sucesso no Municipal

MELISSA FERNANDES/DIVULGAÇÃO


Isabella de Roldão com a designer e empresária Adriana Ribeiro, que criou o arranjo usado pela secretária no baile

RUAN PABLO/DP FOTO


Roberta Canuto e Marcelo Canuto, presidente da Fundação de Cultura Cidade do Recife, com figurino feito especialmente para a festa

DIVULGAÇÃO



A psicóloga Frínea Andrade, especialista em TEA e mãe atípica, e o mascote do Instituto Dimitri Andrade, o Dimi, no bloco inclusivo *Ser Diferente é Normal*



Carnaval começa na terra dos gigantes

No estado onde reinam o Galo da Madrugada e o Homem da Meia-Noite, já não faltam apresentações para quem não quer esperar mais

RUAN PAULO/DP FOTO



Cortejo dos caboclinhos exatou uma das mais tradicionais manifestações

Apesar da contagem regressiva para o início do carnaval no próximo sábado (1°), o dia de ontem mostrou, mais uma vez, que todos já colocaram o seu bloco na rua. Enquanto o Galo da Madrugada e o Homem da Meia-Noite divulgaram pela manhã detalhes dos seus desfiles, o final do dia serviu palco para o grande Encontro de Caboclinhos e Tribos Indígenas que tomou conta do Bairro do Recife.

CABOCLINHOS

Mas para quem duvida que já é carnaval no Recife, o Encontro de Caboclinhos e Tribos Indígenas levou cores e ritmos para as ruas ontem com 24 agremiações participantes que seguiram em cortejo da Avenida Rio Branco até a Praça do Arsenal.

Quem acompanhou de perto, tanto as pessoas daqui como aqueles turistas que estão chegando para viver o carnaval pernambucano, se encantou com a beleza e a tradição. Entre os que marcaram presença no cortejo, estava a Tribo Indígena Tapirapé, denominada Patrimônio Vivo do Recife desde dezembro de 2024. Fundada em 1957, no bairro de Afogados, a agremiação surgiu a partir da descendência da Tribo Tabajara, e é uma das mais representativas do folguedo dos Caboclinhos e Tribos Indígenas do Recife.

Com sede na comunidade do Alto José do Pinho, em Casa Amarela, o caboclinho congrega 145 componentes, divididos em leques, baque, porta estandarte, cacique, rei, rainha, entre outros personagens;

GALO

Falando em Galo da Madrugada, a estreia do cantor João Gomes no maior bloco do mundo é um dos grandes destaques da edição de 2025. Ao lado de Gustavo Travassos, ele levará seu estilo para o frevo. Das 9h, quando o Galo inicia a festa, até as 18h, serão 30 trios elétricos, mais de mil músicos e mais de 100 cantores que devem se apresentar no sábado de Zé Pereira (1°).

A programação traz ainda nomes consagrados como Elba Ramalho, Maestro Spok, Quinteto Violado, Michelle Melo e Marron Brasileiro, além de encontros especiais que prometem marcar a festa. Michel Teló, Pabllo Vittar, Chico César, Toni Garrido e Gaby Amarantos estarão nos trios, dividindo o palco com grandes artistas do Galo.

Para dar início ao desfile, a agremiação vai colocar nas ruas algumas das mais emblemáticas manifestações do carnaval do Estado na forma de seis alegorias. Os carros, assinados pelo artista plástico Sandro Nóbrega farão menção a personagens como la ursa, papangus, caboclos de lança e, claro, passistas.

PERCURSO

A festa começa oficialmente no Forte das Cinco Pontas, onde acontece o tradicional Café da Manhã do Galo, a partir das 7h. Às 9h, será feita a queima de fogos, anunciando o início da brincadeira. O cortejo seguirá pela Rua Imperial, Avenida Sul, Praça Sérgio Loreto, Avenida Dantas Barreto, Avenida Guararapes e Rua do Sol.“Como ocorre todos os anos, nossa diretoria realiza todo um trabalho de planejamento, que começa seis meses antes do carnaval e, desde o início deste ano, realizamos duas reuniões com o Grupo Temático Carnaval, coordenado pela Secretaria de Defesa Social, além de vistorias em todo o percurso a fim de verificarmos, com antecedência, pontos de melhoria no trajeto do desfile”, explicou Rodrigo Menezes, vice-presidente do Galo.

DIVULGAÇÃO/ HOMEM DA MEIA NOITE



Homem da Meia-Noite tomará as ruas de Olinda

Calunga terá reforço na segurança

Às 0h do domingo, dia 2 de março, o Homem da Meia-Noite vai tomar as ruas de Olinda com um esquema especial de segurança para o desfile. Neste ano, mais de 420 policiais da Companhia Independente de Apoio ao Turista (CIATUR) e da Polícia Militar irão garantir, a pé, a segurança do percurso. Isso representa 10% de efetivos a mais, se comparado com o ano anterior.

Além disso, os foliões contarão com apoio do Corpo de Bombeiros e os totens da Prefeitura de Olinda estarão monitorando o Sítio Histórico com 135 câmeras. O esquema de segurança contará, ainda, com viaturas operacionais, apoio aéreo, dois postos de comando e quatro plataformas de segurança.

TRAJETO

Quem quiser acompanhar o calunga gigante, o percurso tem cerca de 3.9 km, saindo do Largo do Bonsucesso e passando por locais como o Largo do Amparo, os 4 Cantos, Praça Monsenhor Fabrício, Largo Guadalupe, até retornar para a sede pelo Largo do Amparo, onde se encontra com o Cariri Olindense.

Ícone do carnaval pernambucano, o Homem da Meia-Noite completou 93 anos no dia 2 de fevereiro deste ano. E assim como o Galo, já é uma marca registrada da folia do estado, sendo reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco desde 2006.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A. CNPJ: 14.432.763/0001-16

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.945	2.066
Aplicações Financeiras	4	14.033	11.047
Concessionárias e permissionárias		9.633	10.103
Tributos a recuperar	6	5.151	4.217
Estoques		2.858	2.948
Ativo da concessão	7	127.103	112.576
Outros créditos		932	188
Total dos ativos circulantes		161.655	143.145
NÃO CIRCULANTES			
Caixa Restrito	5	6.198	6.554
Ativo da concessão	7	1.373.960	1.357.443
Imobilizado		7.083	7.266
Total dos ativos não circulantes		1.387.241	1.371.263
TOTAL DO ATIVO		1.548.896	1.514.408

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTES			
Fornecedores	8	12.602	13.780
Empréstimos e financiamentos	9	19.251	19.170
Tributos a recolher	6	3.700	3.576
Dividendos a pagar	14	28.257	25.561
Outras contas a pagar	10	4.883	5.170
Total dos passivos circulantes		68.693	67.257
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	9	57.025	75.386
Provisão para demandas judiciais	13	7.306	7.535
Pis e Cofins Diferidos	11	138.249	135.961
IR e CSLL Diferidos	12	132.110	119.550
Total dos passivos não circulantes		334.690	338.432
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14	570.000	570.000
Reserva de lucros		575.513	538.719
Total Patrimônio líquido		1.145.513	1.108.719
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.548.896	1.514.408

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2024	2023
RECEITA LÍQUIDA	15	167.034	226.921
Custos dos serviços de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	16	(9.486)	(75.287)
LUCRO BRUTO		157.548	151.634
Despesas Gerais e Administrativas	17	(5.290)	(8.303)
Outras receitas operacionais líquidas	18	83	8
Total		(5.207)	(8.295)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		152.341	143.339
RESULTADO FINANCEIRO			
Receita Financeira	19	3.762	4.774
Despesa financeira	19	(7.719)	(9.533)
		(3.957)	(4.759)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		148.384	138.580
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	12	(2.202)	(2.388)
Diferido	12	(12.560)	(18.614)
		(14.762)	(21.002)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		133.622	117.578
Lucro por ação		0,23	0,21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	133.622	117.578
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	133.622	117.578

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos e milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		133.622	117.578
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa			
Depreciação	17	621	629
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9	7.471	9.333
Rendimento de aplicações financeiras	19	3.871	(4.541)
Ativos da concessão (receita de infraestr., remuneração ativos da concessão e ganho de eficiência)	15	(169.490)	(162.326)
Baixa de imobilizado		-	229
Imposto de renda e contribuição social diferidos		12.560	18.613
PIS e Cofins diferidos		2.288	10.628
Constituição (reversão) de provisão para contingências		(118)	2.609
		(9.175)	(7.248)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Concessionárias e permissionárias		470	2.790
Tributos a recuperar		(934)	210
Estoques		90	405
Ativo de concessão		138.446	47.265
Outros créditos		(744)	(142)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(1.178)	4.860
Tributos a recolher		2.325	4.309
Demandas judiciais (fundiário)		(111)	(1.170)
Outras contas a pagar		(287)	827
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(2.202)	(2.389)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		126.700	49.717
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(6.857)	34.701
Caixa restrito		356	3.979
Aquisição de imobilizado		(436)	(480)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		(6.937)	38.200
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortização de principal e juros de financiamentos	9	(25.751)	(36.650)
Dividendos pagos	14	(94.133)	(52.600)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(119.884)	(89.250)
(REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(121)	(1.333)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		2.066	3.399
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		1.945	2.066
(REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(121)	(1.333)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PERÍODO DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

		Reserva de Lucros					
	Capital social	Reserva Legal	Incentivos Fiscais	Retenção de Lucros	Reserva especial de dividendos	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	570.000	38.533	32.703	352.894	30.545	-	1.024.675
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores não distribuídos	-	-	-	-	(7.973)	-	(7.973)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	117.578	117.578-
Destinação do lucro							
Constituição de reserva legal	-	5.879	-	-	-	(5.879)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	9.454	-	-	(9.454)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(25.561)	(25.561)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	76.684	-	(76.684)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	570.000	44.412	42.157	429.578	22.572	-	1.108.719
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	(46.000)	(22.571)	-	(68.571)
Ajuste de dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	-	(1)	1	-
Ajuste de reserva de incentivos fiscais	-	-	50	-	-	(50)	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	133.622	133.622
Destinação do lucro							
Constituição de reserva legal	-	6.681	-	-	-	(6.681)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	13.914	-	-	(13.914)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(28.257)	(28.257)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	84.721	-	(84.721)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	570.000	51.093	56.122	468.298	-	-	1.145.513

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1.CONTEXTO OPERACIONAL Objeto social Interligação Elétrica Garanhuns S.A. ("Companhia") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, em 22 de setembro de 2011, com o propósito específico de exploração de ativos de transmissão de energia elétrica, tendo como objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações, centros de controle e respectiva infraestrutura, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Concessões A Companhia assinou Contrato de Concessão ANEEL nº 22/2011, em 9 de dezembro de 2011, para Implantação e Exploração das Instalações de Transmissão constantes do "Lote L", do Leilão ANEEL nº 004/2011. O leilão teve como objeto a concessão do Sistema de Transmissão, composto por 8 (oito) Linhas de Transmissão e 2 (duas) Subestações conforme descrito a seguir:• Subestação Pau Ferro 500/230 kV - 1.500 MVA, ampliação das Subestações Luiz Gonzaga 500 kV e Campina Grande III 500 kV, além de um vão de entrada de linha 230 kV na Subestação Angelim I. • Subestação Garanhuns 500/230 kV - 600 MVA. • Linha de Transmissão 500 kV Luiz Gonzaga - Garanhuns C2, circuito simples (218 km). • Linha de Transmissão 500 kV Garanhuns - Pau Ferro, circuito simples (209 km). • Linha de Transmissão 500 kV Garanhuns - Campina Grande III, circuito simples (194 km). • Linha de Transmissão 230 kV Garanhuns - Angelim I, circuito simples (12 km). • Quatro linhas de transmissão na extensão de 170,2 km foram implantadas pela Companhia e transferidas para a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, por obrigação do contrato de concessão. • Seccionamento da LT 230 kV Paulo Afonso III - Angelim C2 e C3 - circuito duplo, no Estado de Pernambuco, com extensão de 2 km (2 x 1 km). • SE Garanhuns 500/230 kV - 600 MVA, no Estado de Pernambuco. • SE Pau Ferro 500/230 kV - 1500 MVA, localizada no Estado de Pernambuco. O empreendimento está localizado em 51 municípios, distribuídos nos Estados de Pernambuco (89%), Alagoas (6%) e Paraíba (5%). Municípios atendidos: a) Pernambuco: Petrolândia, São João, Escada, Jatobá, Angelim, Cabo de Santo Agostinho, Tacaratu, Jupi, Vitória de Santo Antão, Calçado, Chã de Alegria, Lajedo, Glória do Goitá, Bezerros, Gravatá, Camocim de São Félix, Itaíba, Cachoeirinha, Canhotinho, Paudalho, Tupanatinga, Tacaimbó, Ibirajuba, Tracunhaém, Passira, Buíque, Lagoa de Itaenga, Carpina, Belo Jardim, Jurema, Araçoiaba, Águas Belas, Brejo da Madre de Deus, Panelas, Igarassu, Pedra, Caruaru, Altinho, Paranatama, Taquaritinga do Norte, Agrestina, Caetés, São Joaquim do Monte e Garanhuns. b) Paraíba: Riacho de Santo Antônio, Alcantil, Queimadas, Barra de Santana e Campina Grande. c) Alagoas: Mata Grande e Canapi. A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária foi definida pelo poder concedente, a ANEEL, e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias. Contrato de concessão

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
022/2011	30	09/12/2041	R$ 68.900	IPCA

(*) A RAP informada está conforme contrato de concessão ANEEL 022/2011 e tem a referência de setembro de 2011 (valor original). A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo tarifário atual (julho/24 a junho/25), conforme a Resolução Homologatória nº 3.348/2024 e estabelecido em cláusula no Contrato de Concessão ANEEL nº 22/2011 foi de R$149.883 (R$132.138 no período de julho/23 a junho/24). Durante o período de concessão, a ANEEL procederá com a Revisão Tarifária Periódica dos contratos, em intervalos periódicos de 5 anos, recalculando o custo de capital de terceiros. A próxima revisão está prevista para o ano de 2027. O Contrato de Concessão estabelece que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS 2.1. Declaração de Conformidade** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2. Base de mensuração** As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto por determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 20. **2.3. Moeda funcional e apresentação** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, definição da taxa de juros de desconto do ativo de concessão, constituição e análises quanto à realização ou liquidação de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e fundiários. Contabilização de contratos de concessão Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação, classificação de receitas por obrigação de performance, entre receitas de implementação de infraestrutura, remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção. Momento de reconhecimento do ativo contratual A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. Determinação da taxa de desconto do ativo contratual A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo de capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício. **2.5 Políticas contábeis materiais** a) Apuração do resultado O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. b) Reconhecimento da receita Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir: • Receita de implementação da infraestrutura A receita de implementação da infraestrutura é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de implementação da infraestrutura está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de implementação da infraestrutura resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativo da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS. • Receita de remuneração dos ativos de concessão O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47 (já considerando as orientações do Ofício- Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020), a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa implícita de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da concessão (custo médio ponderado do capital da Companhia (WACC)). • Receita de operação e manutenção A receita de O&M é reconhecida mensalmente como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos no contrato de concessão, acrescidos de margem. c) Imposto de renda e contribuição social – correntes A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Em 29 de dezembro de 2016, foi emitido o Laudo de Constituição nº 0220/2016 emitido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) onde aprova o direito ao benefício fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis em favor da Companhia com o período de fruição de 2016 a 2025. A fundamentação legal para o reconhecimento do direito é o Art. 1º da Medida Provisória nº 2.199/2014, de 24 de agosto de 2011, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, e com o Regulamento dos Incentivos Fiscais. d) Imposto de renda e contribuição social – diferidos O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Os impostos diferidos passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. e) PIS e Cofins – diferidos O PIS e a Cofins diferidos incidem sobre a receita de implementação de infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão que remunera o ativo contratual. O recolhimento de tais tributos ocorrerá no período do efetivo faturamento da RAP e amortização do ativo contratual. f) Taxas regulamentares sobre a receita Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica "Taxas regulamentares" no balanço patrimonial e como deduções da receita na demonstração do resultado. Reserva Global de Reversão (RGR) Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, cogeração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE) Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual. g) Subvenções Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado. h) Instrumentos financeiros Ativos financeiros Classificação e mensuração De acordo com o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. Custo amortizado Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros De acordo com o CPC 48, a Companhia aplica o modelo de perdas esperadas aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. (ii) Baixa de ativos financeiros A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. Passivos financeiros Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. i) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos. j) Ativo da concessão Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e ainda orientações contidas no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo da concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão, a serviços de operação e manutenção. A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, conforme o CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA/IGPM. A Companhia pode ser capaz de determinar uma taxa que reflita as características de crédito da parte que recebesse financiamento no contrato, bem como qualquer garantia prestada pela Companhia ao poder concedente, incluindo ativos transferidos no contrato. A Companhia utiliza taxa implícita de financiamento para desconto do fluxo do ativo de concessão e registra as receitas de financiamento desse fluxo em seu resultado operacional. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão é registrada na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por ter o direito a contraprestação ainda condicionado a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. k) Imobilizado Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL nº. 367, de 2 de junho de 2009. l) Demais ativos circulantes e não circulantes São apresentados pelo seu valor líquido de realização. Perdas esperadas para a redução do valor contábil ao valor recuperável são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos, na data dos balanços patrimoniais. m) Passivos circulantes e não circulantes São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. n) Provisões As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. Quando aplicáveis, as provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. A Companhia possui provisão para demandas judiciais conforme a nota explicativa nº 13 cuja avaliação das expectativas de perdas de seus assessores jurídicos seja "provável". o) Redução ao valor recuperável A administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado. p) Ativos financeiros e contratuais São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há

Interligação Elétrica Garanhuns S.A. CNPJ: 14.432.763/0001-16

evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. q) Ativos não financeiros A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a administração concluiu que não há indicativos de perda de valor e que, portanto, não há necessidade de conduzir os testes de redução ao valor recuperável. r) Normas e interpretações novas e revisadas Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	IAS 1	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com covenants	IAS 1	01.01.2024
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	IFRS 16	01.01.2024
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa			
CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de Financiamento de Fornecedores	IAS 7 IFRS 7	01.01.2024
CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado	Alterações redacionais referente arrendamento	N/A	01.01.2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	IFRS 10 IAS 28	Não definida
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto			
IFRS S1 - Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade	Nova norma - estrutura de divulgação de riscos e oportunidades de sustentabilidade	IFRS S11	01.01.2026
IFRS S2 - Divulgação de Informações Climáticas	Nova norma - requisitos de divulgação de riscos e oportunidades climáticas	IFRS S2	01.01.2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	IFRS 18	01.01.2027
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	IFRS 9 / IFRS 7	01.01.2026

A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	2	2
Bancos	1.943	2.064
	1.945	2.066

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2024	31/12/2023
Fundos de investimentos		
DI Xavantes	14.033	11.047
	14.033	11.047

O Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI é um fundo exclusivo da acionista ISA Energia, com liquidez imediata, controlado pelo Banco Itaú, constituído para investimento da ISA Energia, suas controladas e controladas em conjunto. O fundo registrou um rendimento acumulado de 11,55% (12,47% em 31 de dezembro de 2023), com 106,19% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (95.57% em 31 de dezembro de 2023). **5. CAIXA RESTRITO** O saldo de caixa restrito refere-se a contas de reserva vinculadas ao financiamento da Companhia junto ao BNDES, que conforme parágrafo sexto da cláusula nona Cessão Fiduciária, refere-se à conta reserva, equivalente a 2 (duas) prestações mensais do contrato de financiamento para a cessão fiduciária, em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa nº 9), até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento, previstas para ocorrer em 15 de dezembro de 2028. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo do caixa restrito é R$ 6.198 (R$ 6.554 em 31 de dezembro de 2023). **6. TRIBUTOS A RECUPERAR E A RECOLHER**

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo:		
IRRF sobre aplicações financeiras	3.446	2.632
IRPJ retido na fonte	1.091	1.021
Outros	613	564
	5.151	4.217
Passivo:		
PIS a recolher	270	256
COFINS a recolher	2.271	1.205
Outros tributos a recolher	1.159	2.115
	3.700	3.576

7. ATIVO DE CONCESSÃO

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo contratual		
Implementação da infraestrutura (a)	1.501.063	1.470.019
Circulante	127.103	112.576
Não circulante	1.373.960	1.357.443

A movimentação dos saldos está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	1.470.019	1.354.958
Remuneração dos ativos da concessão (Nota 15)	169.490	162.326
Receita de infraestrutura (Nota 15)	-	72.871
Ganho (perda) de eficiência na implementação de infraestrutura (Nota 15)	-	3.272
Realização da RAP	(138.446)	(123.408)
Saldo final	1.501.063	1.470.019

Os serviços públicos de transmissão de energia elétrica prestados pela Companhia são regulamentados pelo Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União - Poder Concedente e a Companhia. Estes contratos de concessão estabelecem os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados assim como estabelecem também, que os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização. Sendo assim, o concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. A infraestrutura construída da atividade de transmissão será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) Parte através da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; e (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando-se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos. A projeção da RAP para o ciclo 2024/2025 foi de R$ 149.883. **8. FORNECEDORES** O saldo de fornecedores refere-se, basicamente, às compras de materiais e serviços para implementação, operação e manutenção da infraestrutura de transmissão, além de valores de parcela variável a pagar ao Operador Nacional do Sistema, e está assim representado:

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de materiais e serviços	6.039	7.217
Parcela variável a pagar	6.563	6.563
	12.602	13.780

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2024	31/12/2023
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (1)		
Principal	76.200	94.444
Encargos	227	308
	76.427	94.752
(-) Custos de transação	(151)	(196)
Total	76.276	94.556
Circulante	19.251	19.170
Não circulante	57.025	75.386

Os saldos devidos são provenientes de contrato de financiamento no valor original de R$357.440, obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a ser pago em prestações mensais, com vencimentos até dezembro de 2028. Com exceção do subcrédito B que teve seu vencimento findo em agosto 2022, conforme contrato. Os encargos financeiros incidentes sobre a dívida são:

Parcela	Valor original	Indexador	Spread (% a.a.)
Subcrédito A	234.978	Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP	2,05
Subcrédito B	120.686	Pré-fixado	3,5
Subcrédito C	1.776	Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP	-

O financiamento teve como finalidade a implantação das instalações, objeto do Contrato de Concessão nº 022/2011-ANEEL, celebrado entre a Companhia e a União, e tem como garantia o penhor de ações da Companhia, o penhor dos direitos emergentes da concessão, fiança corporativa, fundo de liquidez e outros. Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 08, a Companhia contabilizou os custos de transação incorridos na captação de recursos como redutora da conta de empréstimos e são amortizados conforme prazo de vencimento dos empréstimos. Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos estão representados a seguir:

Vencimento por exercício:

	31/12/2024	31/12/2023
2024	-	19.158
2025	18.255	18.850
2026	18.808	18.850
2027	19.337	18.849
2028	19.876	18.849
	76.276	94.556

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está assim representada:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	94.556	121.872
Juros incorridos	7.471	9.333
Amortização de principal e juros	(25.751)	(36.649)
Saldo final	76.276	94.556

Conforme o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 13.2.1172.1 firmado entre o BNDES e a Companhia na cláusula décima sexta (Fiança) no parágrafo terceiro no item D, é previsto que a Companhia deve atingir ICSD Índice de Cobertura do Serviço da Dívida cumpra no período de 12 meses anteriores o valor mínimo de 1,3. Na data base dessas demonstrações contábeis, a Companhia cumpriu o índice. **10. OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	31/12/2024	31/12/2023
Taxas regulamentares (RGR, P&D e TFSEE)	5.003	4.273
Outras contas a pagar	-120	897
	4.883	5.170

11. PIS E COFINS DIFERIDOS

	31/12/2024	31/12/2023
Pis e Cofins diferidos	138.249	135.961
	138.249	135.961

As contribuições de PIS e COFINS incidem sobre a receita de implementação e remuneração dos ativos da concessão, que remunera o ativo contratual. O total destes tributos é R$ 138.216 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 135.961 em 31 de dezembro de 2023). O recolhimento ocorrerá no período do efetivo faturamento da RAP e liquidação do ativo contratual, conforme previsto na Lei nº 12.973/14 A movimentação do período é conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	135.961	125.333
PIS/COFINS diferido sobre:		
Remuneração dos ativos da concessão	15.663	15.000
Receita de Infraestrutura	-	6.741
Ganho de eficiência	-	303
Realização da RAP	(13.375)	(11.416)
Saldo final	138.249	135.961

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

(a) Reconciliação alíquota efetiva:

	2024	2023
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	148.384	138.580
Alíquota nominal vigente de IR e CSLL (34%)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	(50.451)	
	(47.117)	
(Adições) exclusões, líquidas(i)	21.775	16.661
Incentivo fiscal – SUDENE	13.914	9.454
Imposto de renda e contribuição social	(14.762)	(21.002)
Corrente	(2.202)	(2.388)
Diferido	(12.560)	(18.614)
Total	(14.762)	(21.002)
Alíquota efetiva	10%	15%

(i) Incluem-se as diferenças permanentes e temporárias resultantes do efeito líquido da reconciliação entre as alíquotas nominal e efetiva, devido ao benefício da SUDENE. (b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O saldo do imposto de renda e contribuição social diferido passivo é decorrente dos resultados da operação de construção e receita financeira (ICPC 01) reconhecidos por competência, que serão oferecidos a tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto no artigo nº 168 da Instrução Normativa nº 1.700 e Lei nº 12.973/14. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo registrado de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos é de R$ 129.448 (R$ 119.550 em 31 de dezembro de 2023). O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são calculados levando em consideração a taxa efetiva de 15,25% até o exercício de 2025, quando termina o incentivo fiscal da Companhia. Após isto, a taxa efetiva passa para 34%. A composição dos impostos de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Efeitos do ICPC 01 e CPC 47 (i)	108.790	117.008
Provisão para demandas judiciais	(1.600)	(1.371)
Prejuízo fiscal e base negativa	25.231	1.279
Outros	(311)	2.634
Passivo fiscal diferido, líquido	132.110	119.550

(i) Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de implementação da infraestrutura para a prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de concessão, reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação, à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos nº 168 da Instrução Normativa nº 1.700/17 e nº 36 da Lei nº 12.973/14. **13. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS** A Administração da Companhia, com base na posição de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

	Provável 31/12/2024	Provável 31/12/2023
Fundiário	7.306	7.535
	7.306	7.535

Durante o período de 2024, a Companhia realizou pagamentos das ações indenizatórias movidas contra a Companhia pela instituição de servidão administrativa em terrenos de terceiros para construção de linhas de transmissão de energia, os quais estavam provisionados nas demonstrações financeiras. A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2024, processos administrativos tributários, fundiário e regulatórios em andamento, que totalizam aproximadamente R$ 7.950 (R$ 9.262 em 31 de dezembro de 2023), os quais foram avaliadas pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda possível, não existindo assim, provisão para perda registrada nas demonstrações financeiras para esses processos. A movimentação do exercício para os processos com probabilidade de perda provável é conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	7.535	6.096
Reversões de provisões	-	(475)
Pagamentos	(229)	(1.170)
Constituição de provisões	-	3.084
Saldo final	7.306	7.535

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO a) Capital social O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é de R$570.000, representado por 570.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite do capital social autorizado de R$600.000. A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é a seguinte:

Acionista	Quantidade de ações	%
ISA ENERGIA	290.700	51%
CHESF	279.300	49%
	570.000	100%

b) Reservas de lucros (i) Reserva legal: Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. (ii) Reserva especial de dividendos: De acordo com o estatuto da Companhia, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei. (iii) Reserva de retenção de lucros: A parcela remanescente do lucro líquido do exercício, após as distribuições e demais destinações estatutárias, permanecerá à disposição dos acionistas para futuras destinações. (iv) Reserva de incentivo fiscal: O valor resultante do benefício fiscal (valor do imposto que deixar de ser pago), deve constituir reserva de capital da empresa e só poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não podendo ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do benefício fiscal e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e demais penalidades cabíveis (art. 19, §§ 3º e 5º, do Decreto Lei nº 1.298/77). c) Dividendos O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	133.622	117.578
(-) Reserva legal	(6.681)	(5.879)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(13.914)	(9.454)
Base de cálculo	113.027	102.245
Dividendos mínimos obrigatórios	28.257	25.561

A movimentação dos dividendos propostos e a pagar estão representadas a seguir:

	2024	2023
Dividendos aprovados anos anteriores	25.561	44.627
Dividendos mínimos obrigatórios pagos no exercício corrente (c)	(25.561)	(44.627)
Reversão da reserva especial de dividendos (c)	22.571	7.973
Reversão de reserva de retenções de lucros (a)	46.000	
Dividendos pagos de exercícios anteriores (c)	(68.571)	(7.973)
Dividendos mínimos obrigatórios do período corrente (b)	28.257	25.561
Saldo final	28.257	25.561

(a)A Companhia obteve anuência do BNDES para a distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório, no montante de R$ 46.000, registrados na Reserva de Retenções de Lucros relativos aos resultados totais dos exercícios 2012 a 2014, e parciais do exercício 2015. (b) As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 contemplam o valor do dividendo mínimo obrigatório, no montante de R$ 28.257, registrado no passivo circulante, em função de sua natureza de obrigação legal e estatutária. (c) Além do montante de R$ 25.561, durante o exercício de 2024, a Companhia distribuiu de R$ 22.571, contra a reserva especial de dividendos, a título de dividendos de exercícios anteriores. A companhia também distribuiu R$ 46.000, contra reserva de retenções de lucros, conforme anuência do BNDES. **15. RECEITA LÍQUIDA**

	2024	2023
Receita bruta		
Remuneração dos ativos da concessão (a) (Nota 7)	169.490	162.326
Receita de infraestrutura (b) (Nota 7)	-	72.871
Receita de operação e manutenção (c)	21.147	18.330
Ganho (perda) de eficiência na implementação de infraestrutura (d) (Nota 7)	-	3.272
	190.637	256.799
Deduções da receita operacional		
PIS	(3.087)	(4.316)
Cofins	(14.217)	(19.878)
ICMS	(12)	(11)
Taxas regulatórias (RGR, P&D E TFSEE)	(6.287)	(5.673)
	(23.603)	(29.878)
Receita operacional liquida	167.034	226.921

a. Remuneração dos ativos da concessão - A receita de remuneração dos ativos é reconhecida pela taxa implícita de 7,22% a.a. sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, estabelecida no início dos contratos e não sofre alterações posteriores. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é determinado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e é reavaliado na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente, que equivale ao complemento da remuneração de toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é: (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e (ii) atualizado pelo IPCA. b. Receita de infraestrutura - A receita relacionada à implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida conforme gastos incorridos acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e gross up de tributos. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues. c. Receita de operação e manutenção - As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia, bem como parcela de ajuste e parcela variável. A Resolução Normativa n.º 729, emitida pela ANEEL em 28 de junho de 2016, regulamenta a Parcela Variável (PV), que é uma penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. Os valores de PV são reconhecidos como redução de receita de operação e manutenção, no período em que ocorrem. A Resolução Normativa nº 853, emitida pela ANEEL em 13 de agosto de 2019, atualizou a REN nº 729/2016, associada à disponibilidade e à capacidade operativa das Funções de Transmissão Conversora, sendo que sua vigência se iniciou a partir de 1 de janeiro de 2020. A Resolução Normativa nº 906, de 8 de dezembro de 2020, consolidou as Regras de Transmissão de Energia Elétrica e revogou as Resoluções Normativas no 191, no 669, no 729, no 782 e no 853, entrando em vigor a partir de 01 de janeiro de 2021. A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto no contrato de concessão, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste. O reconhecimento contábil da compensação a ser realizada via PA ocorre quando do efetivo recebimento do superávit ou do desconto do déficit que consta no faturamento mensal da Companhia, de modo que, quando ocorre o reajuste anual da RAP, o valor a ser compensado está registrado como um valor a pagar ou a receber referente ao período anterior ao reajuste. O saldo ativo, a título da Parcela de Ajuste – PA, em 31 de dezembro de 2024, é de R$ 3.353, (R$ 2.362, em 31 de dezembro de 2023). d) Ganho (perda) de eficiência na implementação de infraestrutura - Refletem as variações positivas, que devem ser auferidas com certo grau de confiabilidade, na entrada em operação dos projetos de reforços e melhorias e novos contratos de concessão decorrentes de economias nos investimentos em relação ao estimado no início das obras, revisão de RAP e antecipação do prazo previsto para a entrada em operação determinada pela ANEEL. As demais variações como sobrecustos ou atraso nas obras são reconhecidas quando identificados. Em 31 de dezembro de 2023, o ganho de eficiência refere-se ao atendimento da Resolução Autorizativa nº 10.923/2021 que se refere a implantação de reforços em nossas instalações. **16. CUSTOS DOS SERVIÇOS DE IMPLEMENTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO**

	2024	2023
Pessoal (a)	(6.347)	(4.992)
Materiais (b)	(594)	(381)
Serviços de terceiros (c)	(2.427)	(2.198)
Depreciação (d)	(621)	(629)
Custos de infraestrutura (e)	567	(66.131)
Gastos diversos (f)	(64)	(956)
	(9.486)	(75.287)

(a) Pagamentos com: salários, bônus e rescisões trabalhistas. (b)Gastos com conservação e manutenção do empreendimento. (c) Gastos com operação de manutenção. (d) De bens próprios. (e) A Companhia registrou custos classificados como investimentos em projetos de reforços e com a resolução autorizativa nº 9.978/2021. (f) Demais gastos com operação de manutenção. **17.DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	2024	2023
Pessoal (a)	(2.735)	(2.741)
Honorários da Administração (b)	(1.235)	(1.288)
Materiais (c)	(62)	(14)
Serviços de terceiros (d)	(606)	(733)
Demandas judiciais (e)	118	(2.609)
Outras despesas (f)	(770)	(918)
	(5.290)	(8.303)

(a)Pagamentos com: salários, bônus e rescisões trabalhistas. (b)Pagamentos com: salários e bônus (diretoria da companhia). (c) Gastos com conservação e manutenção geral. (d) Gastos com serviços contratados. (e)R e -versões/Provisões das demandas judiciais (nota 13) **18.OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS**

	2024	2023
Receita de compartilhamento de instalações	-	8
Outros resultados operacionais (a)	83	-
	8	8

(a) O valor de outros resultados operacionais refere-se principalmente a ressarcimento de estudos constantes no Edital do Leilão nº 1/2024 – ANEEL (Leilão de Transmissão) - Processo nº 48500.001560/2023-71. **19. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

	2024	2023
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	3.871	4.541
Tributos sobre a receita financeira	(191)	(263)
Outras receitas financeiras	82	495
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(7.471)	(9.333)
Encargos sobre arrendamento		
Outros	(248)	(200)
Resultado financeiro	(3.957)	(4.759)

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS, OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO a)Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados conforme as seguintes categorias:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros		
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:		
Caixa e equivalentes de caixa	1.945	2.066
Aplicação financeira	14.033	11.047
Caixa restrito	6.198	6.554
Mensurados ao custo amortizável:		
Concessionárias e permissionárias	5.716	10.103
Passivos financeiros		
Mensurados ao custo amortizável:		
Fornecedores	12.603	13.780
Empréstimos e financiamentos	76.276	94.557
Outras contas a pagar	4.885	5.170

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Estimativa do Valor Justo pode ser obtida utilizando-se os seguintes níveis de avaliação: • Nível 1 – preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; • Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e •Nível 3 – ativos e passivos que não são baseados em variáveis observáveis no mercado. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não há instrumentos financeiros negociados em mercado ativo. A totalidade dos instrumentos financeiros identificados pela Companhia foram valorizados conforme Nível 2. b) Gerenciamento de riscos Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados: •Risco de crédito - a Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), regulando a prestação de serviços vinculados à rede básica, com cláusula de garantia bancária. • Risco de preço - as receitas da Companhia são, nos termos dos contratos de concessão, reajustadas anualmente em 01 de julho pela ANEEL, pela variação do IPCA, tendo como data de referência inicial setembro de 2011. •Risco de taxas de juros - A atualização dos contratos de financiamentos está vinculada à variação da TJLP. •Risco de liquidez - As principais fontes de caixa da Companhia são representadas pela Receita Anual Permitida (RAP) vinculada às instalações de rede básica, conforme definido nos termos da legislação vigente, pela ANEEL, nos contratos de concessão. A Companhia gerencia o risco de liquidez, mantendo o monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. •Risco operacional - A Companhia mantém monitoramento dos riscos operacionais envolvendo a implantação do seu contrato de concessão, bem como, quando aplicável, outros aspectos regulatórios que estão sendo discutidos com a Agência Reguladora em processos administrativos envolvendo sua concessão. c) Sensibilidade a taxas de juros - Em atendimento ao disposto no item 40 do pronunciamento técnico CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgamos quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevantes pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do período. No quadro abaixo, são considerados três cenários, sendo (i) cenário atual (provável) que é aquele adotado pela Companhia e (ii) cenário com deterioração de 25% da variável do risco considerado e (iii) cenário com deterioração de 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base em hipóteses de alterações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Vale lembrar que os cenários apresentados estão sujeitos a ajustes relevantes em função de variações de performance operacional da companhia, que podem influenciar o seu nível de endividamento e liquidez.

Risco de juros – Efeitos no Resultado Financeiro

			Riscos de elevação dos indexadores		Risco de queda dos indexadores	
Operação	**Risco**	**Saldo em 31.12.2024**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário I**	**Cenário II**
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	106,19% do CDI	3.871	4.839	5.807	2.903	1.936
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	TJLP + 5,55% a.a.	(7.471)	(9.338)	(11.206)	(5.603)	(3.735)

21. COBERTURA DE SEGUROS A cobertura dos contratos de seguro está evidenciada a seguir:

Finalidade do seguro	Vigência	Importância segurada
Incêndio, queda de raio e explosão de bens do Imobilizado (Instalações)	01/12/2025	136.354
Cobertura sobre casco, acidentes pessoais e danos corporais (Veículos)	03/12/2025	3.097

22.TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS Os saldos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 relativas às operações com partes relacionadas, estão detalhados a seguir:

		31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024	1/12/2023
Natureza da operação	**Partes relacionadas**	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**	**Receita/ (Despesa)**	**Receita/ (Despesa)**
Remuneração dos administradores (nota 17)		-	-	-	-	(1.235)	(1.288)
Fornecedores	**ISA ENERGIA**	13	53	13	51	(643)	(587)
Concessionárias e Permissionárias	**CHESF**	420	12	372	-	4.842	4.216
		433	**65**	**385**	**51**	**2.964**	**2.341**

23.AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A Administração da Companhia aprovou e autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras em 06 de fevereiro de 2025, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até a data.

***

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Garanhuns S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Garanhuns S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que

Interligação Elétrica Garanhuns S.A. CNPJ: 14.432.763/0001-16 03

as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: •Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. •Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. •Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. •Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 6 de fevereiro de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

Habitat Brasil: na luta por moradia digna

Entidade atua há 33 no país e tem um trabalho voltado a melhorar as condições de vida da população mais vulnerável, inclusive no Recife



LARISSA AGUIAR

A ONG Habitat para a Humanidade Brasil tem dedicado os últimos 33 anos de sua trajetória ao enfrentamento das desigualdades habitacionais no país, visando garantir que famílias em situação de vulnerabilidade social possam viver com dignidade. Integrante da rede internacional Habitat for Humanity, a instituição tem transformado realidades ao redor do mundo, já beneficiando dezenas de milhões de pessoas. No Brasil, mais de 230 mil indivíduos já foram impactados diretamente por suas ações.

A atuação da Habitat Brasil se dá por meio de diversas frentes voltadas à luta por moradia digna. Entre as iniciativas, destaca-se o projeto de melhorias habitacionais, que busca reformar casas de famílias em situação de vulnerabilidade, e a construção de cisternas em áreas do semiárido pernambucano, solução para o acesso à água potável em uma das regiões mais afetadas pela escassez hídrica.

INICIATIVAS

No início da pandemia de covid-19, em 2020, a ONG lançou a campanha #UmaMãoLavaOutra, que contou com apoio de parceiros, voluntários e doadores, e instalou pias comunitárias em favelas e regiões periféricas de todo o país para que mais de 120 mil pessoas pudessem higienizar as mãos todos os dias.

Outra iniciativa foi a criação da Articulação Colabora HabitAção que reúne mais de 60 organizações, ongs, empresas e negócios de impacto que trabalham com melhorias habitacionais e com o direito à moradia, e possui como objetivo encontrar soluções possíveis para os principais desafios do setor.

O processo de seleção de comunidades para atuação leva em conta uma análise detalhada do contexto local. A escolha se baseia em critérios como a presença de organizações comunitárias e a condição socioeconômica das áreas, com foco em localidades de baixa renda. A seleção das famílias beneficiadas também é criteriosa, priorizando grupos em situações de maior vulnerabilidade, como mães solo, pessoas com deficiência e famílias de comunidades LGBTI+.

No Recife, por exemplo, a Habitat Brasil já impactou comunidades como Ibura, Coque e Passarinho, levando melhorias significativas para moradores que enfrentam desafios estruturais e sociais.

Com um trabalho que vai de reformas habitacionais a soluções para o acesso à água, e com forte atuação em políticas públicas, a Habitat para a Humanidade Brasil segue como uma peça chave na busca pela garantia do direito à moradia e na promoção de mudanças significativas para as comunidades mais vulneráveis do país.

ACERVO HABITAT BRASIL



Em comunidades do Ibura, Coque e Passarinho, a ONG já gerou impactos positivos

REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS



Geraldo foi assassinado no último dia 16 deste mês

BOA VIAGEM

DJ foi morto por conta de R$ 1,6 mil

A Polícia Civil de Pernambuco quer investigar melhor a motivação do assassinato do DJ Geraldo Campelo da Paz Portela Neto, conhecido como Tinho Pimentel, de 29 anos, ocorrido no dia 16 de fevereiro em um restaurante na Rua dos Navegantes, no bairro de Boa Viagem, Zona Sul do Recife. O principal suspeito do crime, José Joares Macedo, de 22 anos, foi preso confessou o homicídio e alegou que a execução foi motivada por um desacordo financeiro de R$ 1.600 referente ao aluguel de uma lancha.

INÍCIO

Segundo informações da investigação policial, o suspeito teria confrontado o DJ no restaurante para cobrar a dívida, desencadeando uma discussão. Momentos depois, Macedo deixou o local e retornou cerca de 20 minutos depois, armado, disparando várias vezes contra a vítima, que não teve tempo de reação e morreu no local. Câmeras de segurança registraram a ação, que aconteceu na área externa do estabelecimento.

A investigação aponta que a disputa entre os dois teve início em outubro de 2023, quando Macedo teria alugado uma lancha intermediada por Pimentel para presentear seu pai com um passeio. No entanto, a embarcação apresentou problemas e a viagem não ocorreu, sem que houvesse devolução do valor, conforme relatou o suspeito à polícia. Apesar da confissão, ele não apresentou provas documentais da transação.

Lula demite Nísia e confirma Padilha

Com a mudança no Ministério da Saúde, presidente abre espaço para uma troca na pasta que trata da relação com o Congresso Nacional

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva destravou a reforma ministerial e fez mais uma troca no seu governo. A ministra da Saúde, Nísia Trindade, deixou o cargo ontem. O ministro da Secretaria das Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha, assumirá o posto. Em janeiro, Lula já tinha substituído o titular da Secretaria de Comunicação Social (Secom) - tirou Paulo Pimenta e colocou Sidônio Palmeira no lugar. Com o deslocamento de Padilha da SRI, Lula abre espaço para uma nova troca justamente na área que trata da relação com o Congresso Nacional.

Na manhã de ontem, Nísia assinou os últimos atos como ministra numa solenidade no Planalto com a presença de Lula. Ela assinou portarias referentes à produção de vacinas em cerimônia marcada por constrangimento. Nísia fez um longo discurso, em tom de despedida, e cumprimentou vários integrantes de sua equipe. No fim da solenidade, realizada no Salão Leste do Palácio do Planalto, um repórter perguntou: "Presidente, o senhor vai fazer mudanças no Ministério?". Lula se surpreendeu com o questionamento, houve silêncio no Salão Leste, mas ele não respondeu. **(Estadão Conteúdo)**

FÁBIO RODRIGUES-POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL



Saída de Nísia ontem foi marcada por constrangimento

FGTS

MP vai liberar até R$ 13 bi

A medida provisória (MP) que será editada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para autorizar o acesso aos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aos trabalhadores que foram demitidos e aderiram à modalidade de saque-aniversário deve liberar entre R$ 10 bilhões e R$ 13 bilhões, segundo apurou o Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) com integrantes do governo.

A MP valerá apenas para os trabalhadores demitidos que têm saldo até a data de publicação da medida. Ou seja, quem for demitido depois da edição da MP, não poderá ser beneficiado.

Já os trabalhadores que comprometeram os recursos com empréstimos bancários - por meio da chamada "antecipação do saque-aniversário" - e, portanto, não têm saldo em conta, não serão abarcados pela proposta. O saque-aniversário foi criado durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e entrou em vigor em 2020. **(Estadão Conteúdo)**)

FRAZÃO Leilões — Alienação Fiduciária — itaú

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório à Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de bem imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10174596800, firmado em 24/05/2022, no qual figura(m) como fiduciante(s) **AURÉLIO CÉSAR FONSÊCA DA SILVA,** brasileiro, empresário, CPF nº 779.811.974-49, e sua esposa **PATRÍCIA SOARES DE SOUZA FONSÊCA DA SILVA,** brasileira, administradora, CPF nº 022.215.374-16, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados em Recife/PE, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 31 de março de 2025, às 16h00min,** na Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.480.418,58** (um milhão quatrocentos e oitenta mil quatrocentos e dezoito reais e cinquenta e oito centavos), o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por "Fração ideal de 0,008333, do lote de terreno próprio nº 5-C, parte próprio e parte de marinha(Av.10), situado na Avenida Beira Rio, no bairro da Madalena, freguesia de Afogados, Recife/PE, resultante do remembramento , do lote nº 04, e dos terrenos onde existiram as casas nºs 651, 661 e 671, da Avenida Joaquim Ribeiro, que corresponde ao **Apartamento nº 3002, do Bloco A, Torre Bardini, do Edifício Giardino Beira Rio**, com a seguinte confrontação: pela frente com a Rua Demócrito de Souza Filho, pelo lado esquerdo limitando-se com o imóvel de nº 300, da Rua Demócrito de Souza Filho nº 350 (Av.06), pelo lado direito limitando-se com o imóvel de nº 370, da Rua Demócrito de Souza Filho nº 350 (Av.06), e parte com o imóvel de nº 501, da Avenida Beira Rio Governador Eduardo Campos, e pelos fundos limitando-se com a Avenida Beira Rio Governador Eduardo Campos, conforme planta do sistema ESIG informações geográficas da prefeitura de Recife/PE(Av.21)". **Imóvel objeto da matrícula nº 45.654 do 4º Cartório de Registro de Imóveis de Recife/PE**. **Inscrição Municipal**: 4.1545.226.04.0215.0061-0(Av. 14). Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **14 de abril de 2025, às 16h00min**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.257.407,39** (um milhão e duzentos e cinquenta e sete mil e quatrocentos e sete reais e trinta e nove centavos). Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (**www.FrazaoLeiloes.com.br**), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site **www.FrazaoLeiloes.com.br** , respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site **www.FrazaoLeiloes.com.br** , e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. (BP-3135-01)

LEILÕES BRASIL

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO LEILÃO EXTRAJUDICIAL

LEONY GOMES DOS SANTOS JUNIOR, Leiloeiro Oficial, CPF/MF. 288.468.931-15, matriculado na JUCEG sob o nº-34, com escritório na Avenida das Palmeiras esquina com Rua Vitória Régia, Quadra 05, Lote 06, Bairro Jardim dos Buritis, CEP: 74.923.640 – Aparecida de Goiânia-GO. Fone (62) 3250 1500 – 99679 7098, autorizado pela Credora Fiduciária, **EMPREENDIMENTOS VALLE DO IPOJUCA SPE LTDA**, CNPJ nº 27.753.752/0001-80, com sede administrativa na Avenida Tancredo Neves, nº 620, Condomínio Mundo Plaza, sala 2001, bairro Caminho das Árvores, Salvador/BA, venderá o imóvel abaixo descrito, na forma da Lei 9.514/97 e suas alterações posteriores, em ***PRIMEIRO LEILÃO PÚBLICO*, no dia 06/03/2025 às 10:00 horas**, de forma online, através do site: www.leiloesbrasil.com.br. ***DEVEDORA FIDUCIANTE*: *JOSEMEIRE JOSEFA DE LIMA***, *CPF nº 681.037.944-49 e s/c* ***MARCIO LEITE DOS SANTOS***, *CPF nº 071.089.777-45*. A venda se dará à vista, sendo as despesas relativas à comissão do Leiloeiro no percentual de 5%, despesas com: escritura, registro, impostos, taxas, água, energia, IPTU e condomínio de inteira responsabilidade do arrematante, inclusive a desocupação do imóvel. **DESCRIÇÃO DO IMÓVEL – (CARUARU-PE) Apartamento nº 002-C, pavimento térreo, tipo 01, Bloco Norte 25, do Condomínio Vog Ville Caruaru Boulevard Norte, na Estrada Cachoeira da Onça, nº 1005, bairro Nova Caruaru, desta cidade, constituído por: varanda, estar/jantar, suite, quarto, B.W.C; e cozinha/área de serviço, com área privativa de 67,26m², sendo incluída nesta 12,07m², correspondente a área de Garden (jardim), que somando a área de vaga acessória 11,50m², constitui área privativa total de 78,76m², área de uso comum de 3,78m², área real total de 82,54m², melhor descrito na matrícula nº 69.951 do 1º Cartório de registro de imóveis Títulos e Documentos e de Protestos de Títulos de Caruaru/PE**. O valor para o ***PRIMEIRO LEILÃO PÚBLICO*** será em conformidade com o Artigo 24, da Lei 9.514, na ordem de: **R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais)**. Não ocorrendo à venda no primeiro leilão, será realizado **SEGUNDO LEILÃO PÚBLICO no dia 07/03/2025**, no mesmo horário do primeiro leilão, pelo valor de **R$ 217.241,06 (duzentos e dezessete mil, duzentos e quarenta e um reais e seis centavos)**, referente ao saldo devedor e em conformidade com o art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei 9514/97), atualizado monetariamente, acrescido dos encargos contratuais e legais, incluídas ainda, custas com intimação, publicação de editais e despesas com o leilão. A venda será feita em caráter "ad corpus", sendo a descrição do imóvel, retirado da certidão de registro junto ao CRI de competência, e, caso haja divergência de metragem e/ou na sua descrição o comprador não terá direito de exigir do vendedor nenhum abatimento no preço referente à arrematação. Atendendo o que preconiza o parágrafo 2º-B do artigo 27 da Lei 9.514, com redação dada pela Lei nº 14.711/2023, fica assegurado, ao devedor fiduciante, o direito de preferência para adquirir o imóvel pelo preço correspondente ao valor da dívida e demais encargos que compõem o valor do 2º leilão, inclusive a comissão do leiloeiro no percentual de 5% (cinco por cento). Os interessados em participar do leilão, de forma online, deverão se cadastrar, adquirir "login" e "senha", através do site: www.leiloesbrasil.com.br – fone (62) 3250 1500).

LEONY GOMES DOS SANTOS JUNIOR – JUCEG-034

EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE RECIFE

MINISTÉRIO DA DEFESA — GOVERNO FEDERAL — BRASIL — UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90044/2024 – UASG 160199

Nº Processo: 64583.019044/2024-68. Objeto: Registro de preços para aquisição de Medicamentos Controlados: 107 Itens. Entrega de Edital: a partir de 21/02/2025 no site www.comprasgovernamentais.gov.br ou no endereço: H. M. A. R. – Rua do Hospício, 563 – CEP 50.050-050 – Boa Vista – RECIFE – PE. Data para Cadastramento das Propostas: a partir de 21/02/2025 às 08h00 até 07/03/2025 às 08h59 (horário de Brasília) no site www.comprasgovernamentais.gov.br. Abertura da sessão pública eletrônica será no dia 07/03/2025, a partir das 09h00 (horário de Brasília) no site www.comprasgovernamentais.gov.br. Os interessados poderão obter outras informações na Seção de Licitação e Contratos, pelo telefone (81) 2123-4935 e/ou correio eletrônico: licitacao.hmar2021@gmail.com.

ANDRÉA GUIMARÃES GURGEL – Cel
Ordenadora de Despesas do HMAR

Defensoria Pública do Estado de Pernambuco

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 06/2025
REGISTRO DE PREÇO
AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A Defensoria Pública do Estado de Pernambuco torna público a quem interessar que promoverá certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, visando à Formação de Registro de Preços para eventual contratação de serviços auxiliares de tecnologia de informação, atendendo as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco (DPE-PE), através do Portal Eletrônico de Compras Eletrônicas, no endereço www.redeempresas.com.br, no valor global estimado de R$ 3.707.594,64 (três milhões, setecentos e sete mil, quinhentos e noventa e quatro reais e sessenta e quatro centavos), a ser realizado às 10:00hrs (horário de Brasília), do dia 13.03.2025. Elen Danielle Nascimento – Pregoeira. Henrique Costa da Veiga Seixas – Defensor Público Geral do Estado.

PUBLIQUE O BALANÇO DA SUA EMPRESA NO DIARIO DE PERNAMBUCO.

VEICULAÇÃO LEGAL CERTIFICADA NO IMPRESSO E NO DIGITAL, COM MELHOR CUSTO-BENEFÍCIO!

Solicite uma proposta comercial:

81 2122.7892

depto.comercial@diariodepernambuco.com.br
comercial@diariodepernambuco.com.br

DIARIOdePERNAMBUCO

Time leonino foi eliminado na estreia da Copa do Brasil



PAULO PAIVA/SCR



FICHA



Luiz Henrique; Castanha, Alex Santos (Lucas Matos), Daniel e Vitor Gottens; Matheus Claudino, Fabrício Lusa e Pepê (Mateus Paragominas); Caio Vinícius (Hugo Bilhéu), Guilherme Teixeira (Wallisson) e Yuri (Caíque). **Técnico**: Rogério Henrique.

Caíque França; Di Plácido, Antônio Carlos, João Silva e Igor Cariús (Dalbert); Rivera, Fabricio Domínguez (Sérgio Oliveira) e Atencio (Hyoran); Carlos Alberto (Lenny Lobato), Chrystian Barletta e Pablo (Gonçalo Paciência). **Técnico**: Pepa.

Local: Dutrinha, em Cuiabá (MT).
Árbitro: Sávio Pereira Sampaio (DF).
Assistentes: Leila Naiara Moreira da Cruz (DF) e Daniel Henrique da Silva Andrade (DF).
Cartões Amarelos: Daniel (Operário-MT); Igor Cariús, Antônio Carlos, Sérgio Oliveira (Sport).

Que vexame, **Leão!**

Após ficar no 0 a 0 no tempo normal, o Sport caiu nos pênaltis para o Operário-MT e está fora da Copa do Brasil. Com a saída, o Leão deixou de faturar R$ 1,8 milhão

GABRIEL FARIAS

O Sport perdeu nos pênaltis para o Operário-MT em 4 a 2, ontem, após empate por 0 a 0 no tempo normal, no estádio Dutrinha, em Cuiabá (MT), por partida válida pela 1ª fase da Copa do Brasil 2025. Com o resultado, o Leão está eliminado da Copa do Brasil 2025 e deixa de embolsar a cota de R$ 1.874.250. Caíque França ainda chegou a defender uma penalidade, mas Paciência e Christian Rivera desperdiçaram suas cobranças

Classificado à segunda fase pela primeira vez na história, o Tricolor de Várzea Grande agora espera seu adversário da próxima fase, que sai do confronto entre Rio Branco e Novorizontino, marcado para amanhã.

O Leão da Ilha volta a campo no próximo domingo (02/03), no Carnaval, às 16h, contra o Decisão. O jogo é válido pelas quartas de final do Campeonato Pernambucano e será disputado na Ilha do Retiro, de portões fechados. O vencedor encara o Santa Cruz, na semifinal.

Em relação ao jogo, os donos da casa não se intimidaram com a equipe pernambucana, que irá disputar a Série A deste ano. O Sport demorou a acertar o último passe e definir suas jogadas. As grandes chances rubro-negras no primeiro tempo foram com o meia Fabrício Domínguez, aos 23 minutos, em desvio que acertou a trave, e com o atacante Pablo, obrigando uma boa defesa do goleiro Luiz Henrique.

A principal resposta do Operário na etapa inicial veio aos 35 minutos, com o lateral Vittor Gottens, em chute perigoso.

Na segunda etapa, o jogo seguiu truncado e poucas chances levaram perigo. O Operário-MT quase marcou, mas o colombiano Rivera salvou quase em cima da linha. O Leão respondeu com Hyora, com bela defesa de Luis Henrique. Lenny Lobato também tentou, mas finalizou pra fora, perto da trave. Nas penalidades, o Leão perdeu duas cobranças e foi eliminado.

SANTA CRUZ

A melhor média de público

PAULO MOTA

A torcida do Santa Cruz mais uma vez terminou no topo de uma estatística importante da competição: a presença de público nos estádios. Com cinco jogos disputados dentro do Arruda neste Pernambucano, o Tricolor obteve a média de 24.463 torcedores presentes no estádio. O Mais Querido atraiu um número impressionante de 122.317 torcedores como mandante no Estadual.

Esse número representa quase 50% do total de espectadores que assistiram às partidas da 1ª fase.

Nos mesmos cinco jogos, o Sport levou 51.801 torcedores à Ilha do Retiro, enquanto o Náutico atraiu 40.390 nos Aflitos. Mesmo somados, os públicos do Timbu e do Leão ainda ficam abaixo do total registrado pela Cobra Coral, destacando o tamanho da força da torcida tricolor neste ano.

PUBLICIDADELEGAL Classilíder (81) 2122 7892

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 dias

O Exmo. Sr. Juiz de Direito da Seção A da 9ª Vara Cível da Capital, em virtude de Lei, etc. FAZ SABER a RÉU: LUIZ DE FRANCA ALVIM SOARES, CARMEM MARIA CARNEIRO LEAO, ERNESTO GONCALVES PEREIRA LIMA, PEDRO PEDROSA DE OLIVEIRA MELO, JOSE PEDROSA DE OLIVEIRA MELO SOBRINHO, JOSE GERALDO PEDROSA DE MELO, LUIZ ANTONIO MORATO DE SOUZA, RUY CARDOSO DA FONTE, MARIA DO CARMO DANTAS DA FONTE, JAIME DE LYRA MARANHAO, REGINALDO REGIS DE MELO SILVA, IRACY WANDERLEY DE MORAES, AGUINALDO DE OLIVEIRA E SILVA(ESPOLIO), JOSE HERMENEGILDO DA SILVA, TERCEIROS INCERTOS E NÃO SABIDOS, e EVENTUAIS INTERESSADOS, a(o)(s) qual(is) se encontra(m) em local incerto e não sabido que, neste Juízo de Direito, situado à Avenida Desembargador Guerra Barreto - Fórum do Recife, S/N, Ilha Joana Bezerra, RECIFE - PE - CEP: 50080-900, tramita a ação de USUCAPIÃO (49), Processo Judicial Eletrônico – Pje 0008148-89.2025.8.17.2001, proposta por AUTOR(A): CASA DO PADRE CICERO PARTICIPACOES LTDA. Assim, fica(m) a(o)(s) ré(u)(s) e demais interessados CITADA(O)(S) para, querendo, contestar a ação supracitada no prazo de 15 (quinze) dias, contados do transcurso deste edital. Advertência: Não sendo contestada a ação no prazo marcado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a)(s) autor(a)(es) na petição inicial, com a nomeação de curador especial (art. 344, c/c art. 257, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015). Observação: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio, a parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam. A tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicialeletronico/cadastro-de-advogado. Objeto da ação: imóvel constituído por uma área de terreno próprio medindo 7.408,44m², descrita e caracterizada como LOTE 01-A, localizado na Quadra VI do Loteamento Jardim Petrópolis, Várzea, Recife/PE. O referido imóvel é resultante da união dos lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22, todos componentes da quadra VI do Loteamento Jardim Petrópolis, cujo perímetro confronta as ruas Frei Rogério, e Dias D'ávila, sendo esta última a frente do imóvel, além do imóvel nº 06, localizado na Rua Elísio Medrado. O imóvel possui os seguintes limites e confrontações: Partindo do marco 01, de coordenada UTM E= 284102.75m e N= 9111548.34m, sentido sudeste, e após 51,92 metros encontra-se o marco 02, de coordenada UTM E= 284150.47m e N=9111527.88m. Defletindo a direita, com um ângulo interno de 111°50'1", e após 74,16 metros encontra-se o marco 03, de coordenada UTM E= 284148.68m e N= 9111453.74m. Defletindo a direita, com um ângulo interno de 91°13'12", e após 41,42 metros encontra-se o marco 04, de coordenada UTM E= 284107.26m e N= 9111453.86m. Segue com um segmento de arco de 25,09 metros, com raio de 1.978,10 metros e encontra-se o marco 05, de coordenada UTM E=284082.17m e N= 9111454.03m. Deflete a direita, não consta ângulo, segue com um segmento de arco de 27,01 metros, com raio de 376,64 metros e encontra-se o marco 06, de coordenada UTM E= 284055.20m e N= 9111455.51m. Segue com um segmento de reta de 14,04 metros e encontra-se o marco 07, de coordenada UTM E= 284041.22m e N= 9111456.69m. Deflete a direita, não consta ângulo, e segue com um segmento de arco de 10,38 metros, com raio de 5,00 metros e encontra-se o marco 08, de coordenada UTM E= 284037.48m e N= 9111464.45m. Segue com um segmento de arco de 40,17 metros, com raio de 512,54 metros e encontra-se o marco 09, de coordenada UTM E= 284061.07m e N= 9111496.96m.Segue com um segmento de arco de 66,17 metros, com raio de 6.457,02 metros e encontra-se o marco 01, não consta ângulo, fechando assim, uma poligonal com área total de 7.408,44m² e 350,36 metros de perímetro. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, eu, ISOLDA MARIA AZEVEDO DE LYRA, o digitei e submeti à conferência e assinatura(s).

RECIFE, 13 de fevereiro de 2025.
AILTON SOARES PEREIRA LIMA
Juiz de Direito

PUBLIQUE O BALANÇO DA SUA EMPRESA NO DIARIO DE PERNAMBUCO.
VEICULAÇÃO LEGAL CERTIFICADA NO IMPRESSO E NO DIGITAL, COM MELHOR CUSTO-BENEFÍCIO!



Solicite uma proposta comercial:
81 2122.7892
depto.comercial@diariodepernambuco.com.br
comercial@diariodepernambuco.com.br
DIARIOdePERNAMBUCO



por Beto Lago

Diario esportivo

betolagoipojuca@gmail.com

Decepção leonina

A eliminação na primeira fase da Copa do Brasil, diante do modesto Operário/VG, marca a primeira grande decepção da temporada para o Sport. Essa situação gera uma pergunta angustiante entre os torcedores: quando o time comandado por Pepa mostrará um futebol convincente? No primeiro tempo, o Leão teve mais posse de bola, mas faltou efetividade nas finalizações. As melhores oportunidades nos primeiros 20 minutos vieram de escanteios. Aos 23 minutos, Fabrício Dominguez quase abriu o placar, com um chute que carimbou a trave. Em outro momento, Antônio Carlos também desperdiçou uma chance clara. O Operário, por sua vez, se defendeu bem e buscou explorar os contra-ataques, ou esperar por falhas na defesa rubro-negra. Rivera atuou como um terceiro zagueiro, saindo com a bola, enquanto Fabrício Dominguez busca o jogo. Atencio teve dificuldade no meio-campo, Carlos Alberto não rendeu e Pablo perdido entre os zagueiros adversários. No segundo tempo, o rendimento do Leão caiu drasticamente. Mesmo com as mudanças feitas por Pepa, incluindo a estreia de Sérgio Oliveira, o time se mostrou sem força ofensiva, apostando demasiadamente em cruzamentos. Em uma jogada, Paciência quase marcou de cabeça, mas em outra, Antônio Carlos fez o papel de salvador para o Sport. Nos minutos finais, com Barletta machucado, o Leão tentou, inutilmente, mas o empate levou à disputa de pênaltis. Caíque França chegou a pegar o primeiro, mas o goleiro Luiz Henrique brilhou ao defender os pênaltis de Paciência e Rivera. O resultado foi a eliminação precoce da Copa do Brasil, trazendo um enorme prejuízo financeiro e, principalmente, uma preocupação quanto ao futuro da equipe na temporada. Com 14 partidas disputadas, o Leão ainda não apresentou um modelo de jogo consistente, o que é alarmante, considerando as várias opções e as mudanças promovidas por Pepa.

Propositivo

Vencer o CSA, hoje, no Rei Pelé, é essencial para que o Náutico retorne ao G4 do seu grupo na Copa do Nordeste. Mas, fica a dúvida: qual Timbu veremos em campo? A irregularidade do time treinado por Marquinhos Santos nos últimos jogos tem gerado apreensão entre os torcedores.

Melhorar a imagem

As entrevistas de treinadores e auxiliares após os jogos têm sido desastrosas, repletas de desculpas que lembram o ditado "se colar, colou". Há momentos em que o silêncio fala muito e não comete erros. Essa estratégia de minimizar falas equivocadas pode ser uma tática eficaz.

Semifinais

A FPF confirmou as semifinais no domingo (Sport x Decisão) e na segunda (Náutico x Retrô). Defendi que as partidas deveriam ser realizadas no domingo, desde que o duelo entre Timbu e Fênix fosse transferido para a Arena de PE. No entanto, reconheço que o Alvirrubro não deve abrir mão da vantagem de jogar nos Aflitos. Vale lembrar que as duas partidas serão com portões fechados.

GABRIEL FRANÇA/CNC



Recém-contratado, atacante Vinícius viajou com a delegação e pode fazer a sua estreia

Náutico busca voltar ao G-4 da Copa do Nordeste

Timbu dá um tempo no Pernambucano e encara o CSA hoje, às 21h30, no Rei Pelé. Alvirrubro é o quinto colocado e vem de dois jogos em vitória no Nordestão

CAIO ANTUNES

Em busca de se recuperar na Copa do Nordeste 2025, o Náutico visita o CSA hoje, às 21h30, no estádio Rei Pelé, em Alagoas. O confronto é válido pela 4ª rodada da 1ª fase do Nordestão e será transmitido pelo SBT (TV aberta) e Premiere (pay-per-view). Após vencer na estreia contra o Ceará, a equipe alvirrubra vem de duas partidas sem vitória, com uma derrota para o Confiança e um empate contra a Juazeirense.

Localizado no Grupo B, o Náutico atualmente ocupa a 5ª posição, uma abaixo da zona de classificação para o mata-mata, com 4 pontos conquistados. Além de necessitar recuperação na Copa do Nordeste, a equipe também tenta virar a chave após revés pelo Pernambucano.

Com Campeonato Estadual e Copa do Nordeste, o Náutico terá uma forte sequência de três partidas em um curto espaço de tempo. Depois do confronto desta quarta, o time enfrenta o Retrô na segunda-feira (3), pelo Pernambucano, e depois volta a campo na quinta-feira (6), novamente pelo Nordestão.

Devido ao caráter decisivo das partidas, o técnico Marquinhos Santos não deverá poupar atletas para a pesada sequência de jogos. Para jogo desta noite, o comandante deverá ter o retorno do volante Auremir e poderá promover uma provável estreia do atacante Vinícius.

O volante volta a equipe após ser poupado na última partida do Estadual, enquanto o atacante recém-chegado já foi regularizado e viajou com o elenco para o palco do confronto, mas deve iniciar partida no banco de reservas.

Igor Pereira, suspenso, e Odivan, lesionado, estão fora. Rayan, Fágner Alemão, Luiz Paulo e Renato Alves seguem fora.

FICHA

CSA X **Náutico**

Georgemy; Cedric, Wanderson, Islan (Betão) e Enzo; Gustavo Nicola, Camacho e Brayann; Álvaro, Tiago Marques e Guilherme Cachoeira.
Técnico: Higo Magalhães.

Muriel, Marcos Ytalo, Léo Coltro, Felipe Santana, Igor Fernandes; Sousa, Auremir, Wenderson, Patrick Allan; Samuel Otusanya e Paulo Sérgio.
Técnico: Marquinhos Santos.

Local: Rei Pelé, Alagoas
Horário: 21h30. **Árbitro**: Tarcísio Flores da Silva (RN). **Assistentes**: Lorival Cândido das Flores e George Ítalo Antas Nogueira (ambos do RN). **Transmissão**: SBT (TV aberta) e Premiere (pay-per-view)

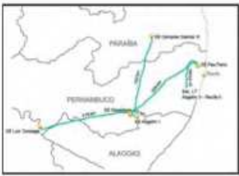
LOTERIAS

MEGA-SENA 2833	01 03 13 16 36 56
QUINA 6667	02 03 19 42 48
LOTOFÁCIL 3329	01 03 04 05 08 11 12 13 15 16 19 22 23 24 25
TIMEMANIA 2211	06 07 18 28 36 66 73
TIME DO CORAÇÃO	JACUIPENSE /BA

Interligação Elétrica Garanhuns S.A. CNPJ: 14.432.763/0001-16

Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2024 e Relatório do Auditor Independente **1. DIMENSÃO GERAL 1.1 Mensagem da Administração** A Administração da INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA GARANHUNS S.A ("IE GARANHUNS" ou "Companhia"), em atendimento às disposições regulatórias, apresenta o Relatório da Administração do exercício de 2024.A IE GARANHUNS tem como objeto social principal exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação de infraestrutura, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, conforme Contrato de Concessão ANEEL nº 022/2011.A IE GARANHUNS iniciou sua fase de operação em novembro de 2015 e tem como desafio atual a operação e manutenção do empreendimento sob sua responsabilidade com regularidade, eficiência, economia e segurança.Finalmente, registramos os agradecimentos aos acionistas, conselheiros, colaboradores, parceiros e a todos que, direta ou indiretamente, estão contribuindo para o êxito das atividades da Companhia.**1.2 A Companhia 1.2.1 Perfil** A IE GARANHUNS" tem sede na Rua João Cauás, nº 51, Sala 308, Poço da Panela, município de Recife, Estado de Pernambuco, CEP 52.061-390 e está inscrita no CNPJ n° 14.432.763/0001-16. A IE GARANHUNS é uma Sociedade de Propósito Específico criada em 22 de setembro de 2011 e tem como objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implementação da infraestrutura, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações, centros de controle e demais infraestrutura, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos no Contrato de Concessão nº 022/2011 - ANEEL. **1.2.2 Objeto** A IE GARANHUNS assinou Contrato de Concessão ANEEL n° 022/2011 em 09 de dezembro de 2011, para Implantação e Exploração das Instalações de Transmissão constantes do "Lote L", do Leilão ANEEL n° 004/2011 ("EMPREENDIMENTO"). Este leilão teve como objeto a concessão do Sistema de Transmissão composto por 2 (duas) Subestações e 8 (oito) Linhas de Transmissão, totalizando 2.100 MVA de capacidade de transformação, 680 MVAr de compensação reativa e 808 quilômetros de linhas de transmissão, conforme a seguir descrito: • Subestação Garanhuns 500/230KV - 600MVA de Transformação e 400 MVAr de Compensação Reativa; • Subestação Pau Ferro 500 KV – 2 x 750 MVA de Transformação e 180 MVAr de Compensação Reativa; • Ampliação das Subestações Luiz Gonzaga 500KV, Campina Grande III 500 KV e Angelim, mediante a instalação de um vão de entrada de linha em cada uma dessas Subestações; • LT 500 kV Luiz Gonzaga/Garanhuns C2 - circuito simples (218 km); • LT 500 kV Garanhuns/Pau Ferro - circuito simples (209 km); • LT 500 kV Garanhuns/Campina Grande III - circuito simples (194 km), com 100 MVAr de Compensação Reativa no terminal em Campina Grande III; • LT 230 kV Garanhuns/Angelim I - circuito simples (12 km); • Seccionamento LT 230 kV Paulo Afonso III/Angelim - C2 e C3 - circuito duplo (2 x 0,7 km) (*); • Seccionamento LT 230 kV Paulo Afonso III/Angelim - C4 - circuito simples (2 x 0,7 km) (*); • Seccionamento LT 500kV Angelim II/Recife II – circuito simples (2 x 83 km) (*) e • Seccionamento LT 500kV Luis Gonzaga/Angelim II - circuito simples (2 x 2,7 km) (*). OBS: (*) Doados para a Eletrobrás Chesf, por determinação do Contrato de Concessão nº 022/2011. Os ativos estão localizados em 51 municípios, distribuídos nos Estados de Pernambuco (89%), Alagoas (6%) e Paraíba (5%), conforme Figura 1 a seguir:

Figura 1.Localização do empreendimento.



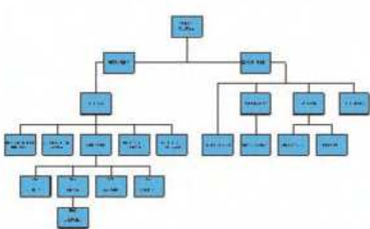
Em 2021 a ANEEL emitiu a Resolução Autorizativa 10.923/2021 visando a implantação de 2 bancos de reatores na barra de 500 kV da SE Garanhuns II, cada banco de 150 MVAr e de um banco de reatores na barra de 500 kV da SE Pau Ferro, de 180 MVAr. A previsão de disponibilização para entrada em operação comercial, de acordo com a Resolução, foi de 36 meses. Todas as ações associadas ao cumprimento de tal resolução foram adotadas, redundando na entrada em operação comercial, na Subestação Garanhuns, II do 1º banco (código operacional 05E6/GRD) no dia 17/10/2023, e do 2º banco (código operacional 05E7/GRD) no dia 21/10/2023. O banco da SE Pau Ferro foi disponibilizado para entrada em operação comercial em 23/10/2023. Desta forma, o atendimento à Resolução 10.923/2021 foi integralmente concluído com 206 dias de antecedência, em estrita obediência aos tetos orçamentários determinados, e sem o registro de nenhum acidente do trabalho durante a obra. **1.2.3. Justificativas do Empreendimento** O empreendimento tem como justificativas: a) Atender, de forma permanente, uma otimização dos fluxos energéticos para o Estado de Pernambuco e Região Nordeste, minimizando o custo global de conexão e os gastos com expansão da rede elétrica e b) Escoamento da geração proveniente das Centrais de Geração Eólica futuras e em instalação no Estado do Rio Grande do Norte. O prazo de concessão estabelecido pelo Poder Concedente é de 30 (trinta) anos a contar da assinatura do contrato de concessão (09 de dezembro de 2011). A Receita Anual Permitida (RAP) é de R$ 68.900.000,00 (sessenta e oito milhões e novecentos mil reais), com data de referência de 02 de setembro de 2011. **1.2.4 Composição Acionária**

Tabela 1. Composição Acionária da IE Garanhuns.

Acionista	Ações subscritas	%
ISA ENERGIA BRASIL	290.700.000,00	51,00
ELETROBRÁS CHESF	279.300.000,00	49,00
TOTAL	**570.000.000,00**	**100,00**

Os acionistas da Interligação Elétrica Garanhuns S/A são grandes companhias brasileiras do Setor de Energia Elétrica: • **ISA-ENERGIA BRASIL** A ISA ENERGIA BRASIL é líder em transmissão de energia no País, por meio da gestão de 35 concessões que impulsionam a transição energética em todo o Brasil, distribuídas em 18 estados. A companhia é responsável por cerca de 30% da energia elétrica transmitida no País e aproximadamente 95% no Estado de São Paulo, além de ser pioneira no desenvolvimento de tecnologias, como as primeiras subestações digital e 4.0, o primeiro sistema de armazenamento de energia em baterias em larga escala e o primeiro sistema com tecnologia FACTS do Brasil.Com mais de 1.600 colaboradores, a empresa tem a sua estratégia de geração de valor sustentável pautada em três pilares: gerar valor ao acionista, criar impactos sociais e ambientais positivos e garantir a longevidade corporativa. Seu sistema elétrico é composto por mais de 31 mil km de circuitos (cerca de 28 mil em operação e 3,4 mil em construção), incluindo ativos próprios e controlados em conjunto, e 137 subestações próprias (129 em operação e oito em construção) com tensão de até 550 kV. Seu acionista controlador é a empresa colombiana ISA, que detém 35,82% do capital total. Comprometida com a geração de valor à sociedade, a empresa possui um pipeline de investimentos no Brasil da ordem de R$ 14 bilhões até 2029, sendo por volta de R$ 5 bilhões para a modernização do parque instalado, com cerca de 220 projetos de reforços e melhorias já autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e em torno de R$ 9 bilhões na construção de sete projetos licitados (greenfield). Quando energizados, os empreendimentos licitados vão habilitar a RAP (Receita Anual Permitida) adicional de aproximadamente R$ 1 bilhão (ciclo 2024/2025) à empresa. • **ELETROBRÁS CHESF - Companhia Hidroelétrica do São Francisco** A Eletrobras Chesf, concessionária de serviço público de energia elétrica , é uma sociedade anônima de capital aberto, subsidiária integral da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras. Tem como atividade principal a geração e a transmissão de energia elétrica, com foco de atuação na Região Nordeste. A Eletrobras Chesf possui 12 Hidrelétricas, sendo 8 no Rio São Francisco, 2 no Rio Contas (BA), 1 no Rio Parnaíba (PI) e 1 no Rio Piancó (PB). Além das hidrelétricas, a Eletrobras Chesf possui também 14 parques eólicos e 6 plantas de micro e minigeração geração fotovoltaica. A potência total instalada do parque gerador da Eletrobras Chesf é de 10.460,43 MW. Possui também capacidade instalada total de 80.364,4 MVA de transformação em geração e transmissão, 22.055,20 km de linhas de transmissão e 143 subestações com tensões de até 550 kV. Além disso, a Eletrobras Chesf possui participação em 3 usinas hidrelétricas, 4 parques eólicos e 3 empreendimentos de transmissão (LT e SE), no formato de SPE - sociedade de propósito específico. **1.2.5 Missão** A IE GARANHUNS tem como missão ser uma Companhia transmissora de energia elétrica eficiente, que preste serviço público com regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na prestação de seus serviços. **1.2.6 Princípios e Valores** A IE GARANHUNS segue os princípios basilares da prestação de serviço público adequado e tem como valor o respeito a seus stakeholders. **1.2.7 Organização e Gestão** A IE GARANHUNS possui um quadro otimizado, com gestores de cada área de influência da Companhia (fundiário, jurídico, financeiro, contábil, engenharia - linhas de transmissão, engenharia - subestações, planejamento e controle), responsável por gerir e fiscalizar os trabalhos necessários para a operação e manutenção do empreendimento. Por ter em seu quadro societário duas das maiores Companhias de transmissão de energia elétrica brasileiras, a IE GARANHUNS se beneficia da expertise de seus acionistas, de modo a cumprir com eficiência as obrigações assumidas com o Poder Concedente e prestar o serviço adequado para seus clientes. **1.2.8 Organograma** Os colaboradores respondem para uma Diretoria Colegiada, composta de um Diretor Técnico e um Diretor Administrativo Financeiro, conforme Figura 2: Por ter um quadro enxuto, concentrado na sede da Companhia e na subestação Garanhuns II, o relacionamento entre funcionários é direto e desburocratizado, favorecendo o inter-relacionamento entre todas as áreas da Companhia.

Figura 2. Organograma da IE Garanhuns.



1.3 Responsabilidade com Partes Interessadas Quadro 1. Responsabilidade da Companhia e respectivas partes interessadas

Parte interessada	Detalhamento	Canal de Comunicação
Acionistas e investidores	Acionistas – ISA ENERGIA BRASIL e ELETROBRÁS CHESF	Relacionamento feito diretamente através da Diretoria da Companhia, membros do Conselho de Administração, e com os representantes dos acionistas, na área de governança/societário
Clientes	A Companhia, como uma transmissora tem como clientes diretos todos os Geradores, Distribuidores e Clientes Livres conectados na Rede Básica	ONS
Fornecedores		Cada fornecedor tem contato direto com o gestor do contrato, sendo que os contatos telefônicos e e-mail do porta-voz da Companhia e do fornecedor ficam especificados em cada contrato
Colaboradores		Contato pessoal direto, reuniões, e-mails e telefonemas
Órgãos públicos	MME, ANEEL, ONS, IBAMA, IPHAN, CPRH e outros	Através de correspondências e reuniões
Organizações ambientais e comunidade	Proprietários de imóveis onde estão instituídas as servidões administrativas	Distribuição de panfletos, canal telefônico gratuito (0800-602-3432), campanhas educativas e visitas de assistentes sociais

2. DIMENSÃO GOVERNANÇA CORPORATIVA A governança corporativa da IE GARANHUNS materializa-se no ato de manter de forma organizada e registrada as atas de Conselho de Administração e Assembleia Geral, na forma disposta na legislação vigente e no Estatuto Social da Companhia, de modo que aquelas possam ser conferidas e auditadas por seus acionistas a qualquer tempo. A IE GARANHUNS é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva.

Quadro 2. Composição do Conselho de Administração

CARGO	NOME	Mandato INÍCIO	TÉRMINO
Presidente do Conselho	Luciana Condé Martins Soares da Costa	mai/23	abr/25
Vice- Presidente do Conselho	Dayron Esteban Urrego Moreno	mai/24	abr/25
Conselheiro Efetivo	Flávio Henrique Batista Bezerra	mai/23	abr/25
Conselheiro Suplente	Wagner Yuji Okada	mai/23	abr/25
Conselheira Suplente	Rebecca Oliveira Xavier Santos	ago/23	abr/25

O Conselho de Administração da Companhia é composto por 04 membros titulares e 02 membros suplentes, sendo metade indicada pela acionista ISA ENERGIA BRASIL (51% do controle acionário) e a outra metade indicada pela acionista ELETROBRÁS CHESF (49% do controle acionário). No momento, a ISA ENERGIA BRASIL falta indicar um representante. As reuniões do Conselho de Administração são bimestrais e tem por objeto a apresentação de matérias para aprovação, quando forem de competência desta instância interna, na forma disposta no Estatuto Social da Companhia, bem como a apresentação de informações de rotina das áreas técnicas e administrativo/financeiras. A Diretoria Executiva da Companhia é composta por dois membros, sendo um Diretor Administrativo Financeiro e um Diretor Técnico.

Quadro 3. Composição da Diretoria da IE Garanhuns

CARGO	NOME	Mandato INÍCIO	TÉRMINO
Diretor Administrativo Financeiro	Roberto Sampaio Pires Ferreira	abr/24	abr/27
Diretor Técnico	Moacir Biazzo Aversi	abr/24	abr/27

A Administração da Interligação Elétrica Garanhuns S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresenta anualmente o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes. As Demonstrações estão sempre em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's). Para o exercício de 2024, as Demonstrações Financeiras da IE GARANHUNS foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. Os documentos da administração são publicados na forma prevista na lei das Sociedades Anônimas e no Estatuto Social da Companhia. **3. DIMENSÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA 3.1 Receita Anual Permitida - RAP** A Receita Anual Permitida (RAP) foi definida como resultado do certame licitatório, Leilão 004/2011-ANEEL, e é anualmente atualizada nos meses de julho pela variação do IPCA, através de Resoluções Homologatórias. Também é previsto no Contrato de Concessão a aplicação de Revisão Tarifária Periódica, a cada 5 anos, tendo a primeira revisão sido realizada em julho de 2017, e a segunda em julho de 2023.

Quadro 4. Revisão Tarifária Periódica da RAP

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP(*)	Índice de correção
022/2011	30	dez/41	68.900	IPCA

(*)A RAP informada está conforme contrato de concessão ANEEL 022/2011 e tem a referência de setembro de 2011 (valor original). O valor da RAP projetada para o exercício de 2025 é de R$ 152.649 mil.

Figura 3. Receita Anual Permitida - RAP



O aumento de 11,7% da RAP em 2024, comparado a 2023, foi decorrente do reajuste do IPCA, ocorrido em julho, e ao recebimento da RAP decorrente da conclusão, no final de 2023, dos empreendimentos autorizados pela Resolução Autorizativa 10.923/2021. **3.2 Desempenho Econômico-Financeiro a) Remuneração dos ativos da concessão** A receita de remuneração dos ativos é reconhecida pela taxa implícita de 7,22% a.a. sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, estabelecida no início dos contratos e não sofre alterações posteriores. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é determinado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e é reavaliado na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente, que equivale ao complemento da remuneração de toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é: (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto, e (ii) atualizado pelo IPCA. **b) Receita de infraestrutura** A receita relacionada à implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida conforme gastos incorridos acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e gross up de tributos. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues. **c) Receita de operação e manutenção** As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia, bem como parcela de ajuste e parcela variável. A Resolução Normativa n.º 729, emitida pela ANEEL em 28 de junho de 2016, regulamenta a Parcela Variável (PV), que é uma penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. Os valores de PV são reconhecidos como redução de receita de operação e manutenção, no período em que ocorrem. A Resolução Normativa nº 853, emitida pela ANEEL em 13 de agosto de 2019, atualizou a REN nº 729/2016, associada à disponibilidade e à capacidade operativa das Funções de Transmissão Conversora, sendo que sua vigência se iniciou a partir de 1 de janeiro de 2020. A Resolução Normativa nº 906, de 8 de dezembro de 2020, consolidou as Regras de Transmissão de Energia Elétrica e revogou as Resoluções Normativas no 191, no 669, no 729, no 782 e no 853, entrando em vigor a partir de 01 de janeiro de 2021. A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto no contrato de concessão, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste. O reconhecimento contábil da compensação a ser realizada via PA ocorre quando do efetivo recebimento do superávit ou do desconto do déficit que consta no faturamento mensal da Companhia, de modo que, quando ocorre o reajuste anual da RAP, o valor a ser compensado está registrado como um valor a pagar ou a receber referente ao período anterior ao reajuste. O saldo ativo, a título da Parcela de Ajuste – PA, em 31 de dezembro de 2024, é de R$ 3.353, (R$ 2.362, em 31 de dezembro de 2023). **d) Ganho (perda) de eficiência na implementação de infraestrutura** Refletem as variações positivas, que devem ser auferidas com certo grau de confiabilidade, na entrada em operação dos projetos de reforços e melhorias e novos contratos de concessão decorrentes de economias nos investimentos em relação ao estimado no início das obras, revisão de RAP e antecipação do prazo previsto para a entrada em operação determinada pela ANEEL. As demais variações como sobrecustos ou atraso nas obras são reconhecidas quando identificados. Em 31 de dezembro de 2023, o ganho de eficiência refere-se ao atendimento da Resolução Autorizativa nº 10.923/2021 que se refere a implantação de reforços em nossas instalações.

Tabela 2. Receita Operacional Líquida 2024 x 2023

	2024	2023
Remuneração dos ativos da concessão	**169.490**	**162.326**
Receita de infraestrutura		**72.871**
Receita de operação e manutenção	**21.147**	**18.330**
Ganho (perda) de eficiência na implementação da infraestrutura		**3.272-**
Receita bruta	**190.637**	**256.799**
PIS	**-3.087**	**-4.316**
COFINS	**-14.217**	**-19.878**
ICMS	**-12**	**-11**
Taxas regulatórias (RGR,P&D, e TFSEE)	**-6.287**	**-5.673**
(-) Deduções da receita operacional	**-23.603**	**-29.878**
Receita operacional líquida	**167.034**	**226.921**

O Resultado Financeiro atingiu R$ (3.957) mil em 2024, frente ao resultado de R$ (4.759) mil em 2023.

Tabela 3. Resultado Financeiro 2024 x 2023.

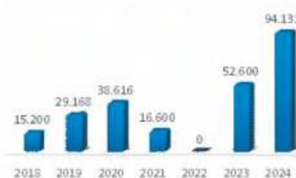
	2024	2023
Receitas financeiras	**3.762**	**4.773**
Receita de aplicações financeiras	**3.871**	**4.541**
Tributos sobre a receita financeira	**-191**	**-263**
Outras receitas financeiras	**82**	**495**
Despesas financeiras	**-7.720**	**-9.533**
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	**-7.471**	**-9.333**
Encargos sobre arrendamento	**0**	**0**
Outros	**-249**	**-200**
Resultado financeiro	**-3.957**	**-4.759**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social apresentou R$ 14.762 mil em 2024 comparado a R$ 21.002 mil em 2023. **Tabela 4. Imposto de Renda e Contribuição Social referente ao ano de 2024 x 2023.**

	2024	2023
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	**148.384**	**138.580**
Alíquota nominal vigente de IR e CSLL (34%)	**34%**	**34%**
Imposto de renda e contribuição social esperada	**-50.451**	**-47.117**
Adições (exclusões), líquidas	**21.775**	**16.661**
Incentivo fiscal - SUDENE	**13.914**	**9.454**
Imposto de renda e contribuição social	**-14.762**	**-21.002**
Corrente	**-2.202**	**-2.388**
Diferido	**-12.560**	**-18.614**
Total	**-14.762**	**-21.002**
Alíquota efetiva	**10%**	**15%**

3.3 Distribuição de Proventos Em 2018 a Companhia fez, pela primeira vez, desembolso a título de distribuição de dividendos, no valor de R$ 15.2 mil. Em 2024 foi distribuído R$ 94,131 mil na forma de dividendos, sendo este o ano em que ocorreu a maior distribuição de dividendos em nossa história.

Figura 4. Distribuição de Proventos 2018-2024



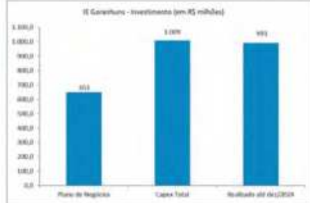
O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme demonstrado na tabela 5. A Companhia obteve anuência do BNDES para a distribuição, em 2024, de dividendos superiores ao mínimo obrigatório, no montante de R$ 46.000 mil, registrados na Reserva de Retenções de Lucros relativos aos resultados totais dos exercícios 2012 a 2014, e parciais do exercício 2015. Além do montante de R$ 25.561 mil, durante o exercício de 2024, a Companhia distribuiu de R$ 22.571 mil, contra a reserva especial de dividendos, a título de dividendos de exercícios anteriores. A companhia também distribuiu R$ 46.000 mil, contra reserva de retenções de lucros, conforme anuência do BNDES. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 contemplam o valor do dividendo mínimo obrigatório, no montante de R$ 27.286 mil, registrado no passivo circulante, em função de sua natureza de obrigação legal e estatutária

Tabela 5.Distribuição de proventos 2024.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	133.622	117.578
(-) Reserva legal	-6.681	-5.879
(-) Reserva de incentivo fiscal	-13.914	-9.454
Base de cálculo	113.027	102.245
Dividendos mínimos obrigatórios	**28.257**	**25.561**

3.4 Investimentos na Concessão Durante a Concessão os investimentos são de ordem contínua, com o objetivo em prestar serviço de excelência ao Sistema Integrado Nacional - SIN.

Figura 5. Investimentos cumulativos realizados até o ano de 2024.



3.5 Inadimplência Setorial A IE GARANHUNS operou comercialmente suas instalações em 2024 emitindo cobranças no montante de R$ 151.315 mil, para um total de 1.685 Agentes. Em dezembro de 2024 registramos uma inadimplência de R$ 2.418 mil (Norte Energia R$ 1.508 mil; Demais Clientes R$ 909 mil), valor equivalente a 1,60% (Norte Energia: 1,00%; Demais Clientes 0,60%) do faturamento total de 2024. Em 2023 a inadimplência foi de 0,63% do faturamento anual. **4. BENEFÍCIOS FISCAIS 4.1. SUDENE** Em 29 de dezembro de 2016, foi emitido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) o Laudo de Constituição nº 0220/2016, o qual aprova o direito ao benefício fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis em favor da companhia com o período de fruição de 2016 a 2025. A fundamentação legal para o reconhecimento do direito é o Art. 1º da Medida Provisória nº 2.199/2014, de 24 de agosto de 2011, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, e com o Regulamento dos Incentivos Fiscais (ver Tabela 4). **5. DIMENSÃO SOCIAL E SETORIAL 5.1 Relacionamentos Sociais-Externos 5.1.1 Clientes/Consumidores** A IE GARANHUNS encontra-se em plena atividade operacional. Os 10 (dez) principais clientes/consumidores são demonstrados na Tabela 6.

Tabela 6. Principais consumidores da IE Garanhuns

COD	CLIENTES	Valor (R$ mil)
2019	CEMIG-D	8.142
2035	ELETROPAULO	7.074
2027	COPEL-D	6.974
3359	NORTE ENERGIA (BELO MONTE)	5.877
2011	CELESC	5.574
2030	CPFL-D	5.222
3022	CHESF-G	4.804
2040	LIGHT-D	4.281
4253	UHE TUCURUÍ	4.047
2001	RGE SUL (AES-SUL)	4.030

5.1.2 Fornecedores A IE GARANHUNS sempre inclui em seus contratos cláusulas proibindo mão de obra infantil, trabalho irregular de adolescentes ou trabalho forçado/escravo, bem como exige a entrega de documentação que comprove o cumprimento das obrigações trabalhistas, fiscais e ambientais, sob pena de rescisão contratual. **6. DIMENSÃO AMBIENTAL** A IE GARANHUNS se encontra com atividades operacionais em pleno andamento e mantém suas ações no âmbito ambiental de modo a garantir que todos os programas ambientais e condicionantes expostos em suas licenças sejam cumpridos. Os principais tópicos são: **6.1 Programas Ambientais** O Programa de Gestão Socioambiental (PGSA) da IE Garanhuns constitui-se em um instrumento de gestão, que tem por objetivo garantir a correta gestão ambiental do empreendimento e o cumprimento ao atendimento à legislação ambiental. As ações que integram os diversos Programas Socioambientais constituem coordenação entre programas e o relacionamento entre as instituições direta ou indiretamente envolvidas com o empreendimento: esferas de governo, comunidades e agentes responsáveis pela operação e manutenção dele. Estão sendo desenvolvidos 6 programas durante a operação do empreendimento, sendo eles: • Comunicação Social; • Educação Ambiental; • Gerenciamento de Resíduos Sólidos; • Conservação da Faixa de Servidão, Caminhos de Serviços e SE Garanhuns; • Conservação e Monitoramento da Fauna; e • Atendimento a Emergências Ambientais **6.1.1. Comunicação Social e Educação ambiental** O Programa de Comunicação Social foi desenvolvido com o objetivo de divulgar informações orientativas sobre o convívio seguro das comunidades vizinhas ao empreendimento. O Programa prevê ações tanto de comunicação direta, por meio da realização de oficinas, reuniões ou encontros com as lideranças e as comunidades, como ações indiretas como a produção de material informativo e a divulgação do canal de comunicação 0800. São realizadas também visitas aos locais escolhidos para as oficinas de Educação Ambiental, a fim de agendar as possíveis datas para a execução das oficinas. A 8ª Campanha do Subprograma de Comunicação Social foi realizada entre os dias 11/06 a 14/06 de 2024, nos municípios que compõem o Grupo A, e entre os dias 28 a 01/10 de 2024, nos municípios que compõem o Grupo B onde todos os municípios foram atendidos satisfatoriamente, de modo que em todos os sítios, áreas urbanas, posto de saúde e escolas foram visitados e a população, mais uma vez, teve as informações de segurança de linhas e sobre queimadas, reforçadas O Programa de Educação Ambiental tem objetivo de integrar as comunidades onde estão lotadas as linhas de transmissão com a natureza, promovendo conscientização, preservação e conservação ambiental. O Programa prevê ações tanto nas escolas, quanto em Posto de Saúde da Família, Assentamentos e/ou Comunidades, que são materializadas por meio de oficinas, reuniões e/ou encontros com as lideranças. A 8ª Campanha foi realizada no período de 29/07 e 30/07 em Itaparica e Angelim e finalizadas entre os dias 08 e 09/08/2024 nos municípios de São João, Calçado e Lajedo e as comunidades situadas no Grupo B, a campanha foi realizada de 11/11 a 14/11/2024, contemplando os municípios de Glória do Goitá, Lagoa de Itaenga, Agrestina, Brejo da Madre de Deus e Paudalho. De maneira geral, a 8ª Campanha de Educação Ambiental apresentou as temáticas de Animais marinhos para as escolas, economia circular para o assentamento e comunidades de Lajedo e Calçado, e convivência segura com as Linhas Transmissão no Posto de Saúde da Família de Jatobá. Enquanto para as comunidades do Grupo B foram trabalhadas a temática do fundo do mar. Os trabalhadores lotados nas Subestações também são público-alvo do programa e receberam duas temáticas distintas, sendo Caatinga e Mudanças climáticas. O resultado satisfatório das campanhas, firmou-se a partir do acolhimento e diálogo das escolas, Posto de Saúde e comunidades e trabalhadores do empreendimento todos ficaram visivelmente entusiasmados com o projeto, fortalecendo assim o vínculo entre a IE Garanhuns e a comunidade. **6.1.2 Gerenciamento de resíduos e Conservação da faixa de servidão** Dentre as principais preocupações da IE GARANHUNS, uma trata-se da gestão de resíduos sólidos, pois não é admitida a permanência de qualquer tipo de resíduo na faixa de servidão e nas dependências das Subestações. O controle de resíduos sólidos tem por objetivo diminuir os riscos de contaminação do solo e dos corpos d'água pelo manuseio, tratamento e disposição inadequados dos resíduos sólidos gerados durante a operação. De maneira geral, a gestão ambiental dos resíduos sólidos é pautada pelos seguintes aspectos: • Conhecimento prévio dos resíduos que serão potencialmente gerados; • Caracterização prévia dos resíduos segundo a norma NBR 10.004, a qual classifica os resíduos sólidos em Classe I (Perigoso), Classe II A (Não-inerte) e Classe II B (Inerte). A classificação será feita mediante análise laboratorial sempre que necessário e considerará os riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública; • Definição dos procedimentos de coleta, armazenamento provisório e destinação final; • Levantamento de possibilidades para destinação alternativa (reuso e reciclagem) de resíduos selecionados. Foram realizadas duas visitas técnicas para observação e acompanhamento das atividades diárias realizadas nas duas Subestações, por meio da identificação dos resíduos que são gerados em cada etapa do processo e levantamento da gestão atual que está sendo aplicada. Como forma de melhorar o gerenciamento dos resíduos na SE Garanhuns e SE Pau Fero, alguns pontos de melhorias foram identificados e, por essa razão, dois treinamentos foram realizados nas respectivas subestações, visando a aplicação de ações corretivas que resultem na implementação do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, conforme enquadramento da legislação vigente. **6.1.3 Conservação e Monitoramento da Fauna** O Subprograma de Conservação e Monitoramento da Fauna é considerado imprescindível para o registro e quantificação dos possíveis impactos



Conteúdo produzido pelo jornal Diario de Pernambuco S/A
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site
https://publicidadelegaldp.com.br/20250226

Interligação Elétrica Garanhuns S.A. CNPJ: 14.432.763/0001-16

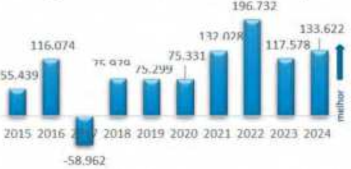
ambientais gerados pela operação do empreendimento. O monitoramento da fauna permitirá um melhor conhecimento da estrutura das comunidades alvo na área de estudo e, possivelmente, a forma como elas respondem à implantação e operação do empreendimento. As atividades relacionadas à fauna são divididas em três programas: Programa de Monitoramento de Fauna; Programa de Monitoramento de Colisão de Avifauna e Programa de Afugentamento de Fauna. Após a realização de seis campanhas de monitoramento de fauna foram registradas 34 espécies de mamíferos, pertencentes a 17 famílias e sete ordens, sendo 377 espécimes de 20 espécies de pequeno porte e outros 374 indivíduos de 14 espécies de mamíferos de médio e grande porte. Essa diversidade registrada pode ser considerada bastante relevante e acima da média observada em levantamentos semelhantes. No decorrer dos três anos de monitoramento realizados ao longo das quatro linhas de transmissão aqui estudadas, foi possível observar uma avifauna típica de ambientes abertos com vegetação arbustiva em meio a uma matriz antrópica. Com base no principal objetivo do Programa de Monitoramento de Colisão de Aves com Linhas de Transmissão, destaca-se a ocorrência de espécies de aves associadas a corpos aquáticos temporários, como lagoas e riachos, geralmente circundadas por área de pastagem ou cultivo. Um total de 54 espécies com potencial de colisão foram registradas durante os três anos de monitoramento da avifauna. **6.1.4 Atendimento a Emergências Ambientais** O Plano de Atendimento à Emergências Ambientais – PAE, tem como objetivo primordial o desencadeamento de ações para obter a resposta imediata a eventos adversos que possam ocorrer nas áreas sob a influência das Linhas de Transmissão e Subestação Garanhuns II, administrada pela IE Garanhuns, no sentido de eliminar ou minimizar os efeitos de adversidades decorrentes das atividades operacionais e de manutenção dos empreendimentos. O PAE apresenta os procedimentos e estratégias a serem utilizadas em situações emergenciais envolvendo linhas de transmissão, prevendo recursos materiais e humanos necessários, assim como, a adoção de linhas de resposta, conjunta e organizada, quando da iminente e real ocorrência das tipologias acidentais possíveis. Para a execução do Plano, são previstas a identificação dos riscos constantes, baseada no histórico de acidentes típicos, ocorrências anormais e nas hipóteses acidentais. As equipes que compõem o plano recebem treinamento, considerando os cenários de emergências ambientais descritas no PAE, com o objetivo de repassar aos técnicos as ações que devem ser tomadas na possibilidade de algumas dessas situações vir a ocorrer. O documento trata, prioritariamente de 8 (oito) situações de emergência: • Queimadas na faixa de servidão e áreas adjacentes; • Incêndio nos transformadores das Subestações; • Situações de vazamento de óleo dos transformadores das Subestações; • Quedas de estruturas ou rompimento de cabos das Linhas de Transmissão de 500kV e 230 kV. • Derramamento de soluções ácidas nas áreas do sistema de baterias da SE; • Acidente de queda de altura; • Choque elétrico; • Acidente com animais peçonhentos. Cada uma dessas situações foi abordada na apresentação, utilizando-se recursos visuais (apresentação de slides em datashow). Durante a apresentação, foram realizadas várias trocas de saberes e informações necessárias descritas em campo pelas equipes das SE's. Os participantes também puderam tirar dúvidas e interagir com o assunto que estava sendo abordado, promovendo bom desenrolar de conteúdo. As atividades foram desenvolvidas entre os dias 29/11 e 11/12/2024 na SE Garanhuns e Pau Ferro respectivamente, tendo sido realizada uma explanação teórica sobre o manejo em acidentes com animais peçonhentos em áreas abrangidas pelas LT's e SE's, seguida de atividade prática, utilizando o kit de primeiros socorros disponível na SE Garanhuns. Foram destacados métodos essenciais para minimizar riscos de infecção e garantir o cuidado adequado ao acidentado Na ocasião foi apresentado o PAE e seus procedimentos, enfatizando a importância de todos terem conhecimento sobre a existência dele. A interação e participação dos técnicos foi bastante necessária, tendo em vista a vivência em campo de todos. O interesse pelo conteúdo do Plano foi muito apreciado por todos, que demonstraram uma necessidade de aprendizado sobre o tema repassado. Os procedimentos descritos no PAE foram evidenciados de forma detalhada, para que ficassem claras as ações previstas em cada uma das situações de emergência. **7. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA / JURÍDICA** O empreendimento da IE Garanhuns perpassou por 2.581 propriedades, onde 81% das liberações ocorreram de forma amigável, enquanto 19%, ou seja, 492 propriedades, foram demandadas judicialmente em 245 ações de instituição de Servidão para discussão do quantum indenizatório. Ao longo dos últimos anos, a IE Garanhuns desenvolveu políticas de acordos e trabalha incansavelmente para zerar o passivo fundiário, pagando o justo valor aos proprietários pelo direito de passagem das Linhas de Transmissão nas propriedades que foram afetadas pelo empreendimento. Com os acordos realizados, os resultados estão sendo exitosos para a Companhia, que reduz consideravelmente o eventual incremento do custo do CAPEX (dos juros e atualizações dos valores contingenciados). No último ano foram encerradas 10 ações. Dessas, 5 foram de servidão passiveis de desembolso. Atualmente a IE Garanhuns está com **25** ações ativas, distribuídas em **16** Comarcas.

Figura 6 – Quantitativo das ações judiciais em andamento para estabelecimento da faixa de servidão.

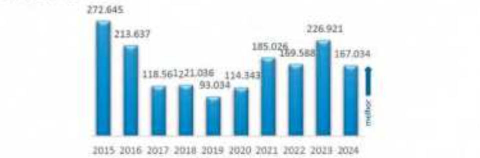


Ressalta-se que todos os processos de servidão estão com valores contingenciados, com base em perícia realizada por Assistente Técnico contratado pela Companhia, de forma a manter valores provisionados, auxiliando uma rápida tomada de decisão para realização de acordo. **8. INDICADORES DE DESEMPENHO 8.1. Indicadores de desempenho econômico-financeiro 8.1.1. Resultado do exercício** A IE Garanhuns registrou no exercício de 2024 um aumento de 13,6% em relação a 2023. Esse acréscimo decorre do aumento da Receita Anual Permitida, resultante da inclusão dos reforços energizados, bem como da redução das despesas financeiras e dos impostos.

Figura 7 – Resultado do Exercício (milhões).

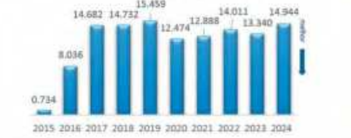


8.1.2. Receita Operacional Líquida - ROL A receita operacional líquida (ROL), que considera as deduções de impostos e encargos setoriais, apresentou redução de 26,4% em relação ao exercício anterior. Essa redução ocorreu devido à conclusão, em 2023, dos empreendimentos autorizados pela Resolução 10.923/2021, o que resultou em uma redução da receita de infraestrutura (R$ 9.486 em 2024, ante R$ 75.287 em 2023.



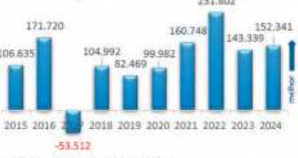
8.1.3. PMSO Os custos e despesas operacionais aumentaram 12% em relação ao exercício anterior. Esse acréscimo ocorreu devido às despesas relacionadas ao uso de equipes próprias na fiscalização e comissionamento dos empreendimentos autorizados pela ANEEL, realizadas em 2023, terem sido classificadas, neste ano, como CAPEX.

Figura 9 – PMSO (milhões).



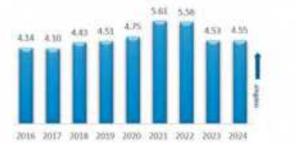
8.1.4.EBITDA IFRS A geração operacional de caixa, expressa pelo EBITDA, aumentou 6,3% em relação a 2023. Esse fato decorreu dos reflexos da redução dos custos de implementação da infraestrutura, em razão da conclusão, em 2023, dos empreendimentos autorizados pela Resolução Autorizativa 10.923/2021.

Figura 10 – EBITDA (milhões).



8.1.5. Rentabilidade – TIR Acionista (Real)

Figura 11 –TIR Acionista (Real) (%).



8.2. Indicadores de desempenho operacional 8.2.1. Parcela variável - PV Indica o desconto da Receita Anual Permitida – RAP das funções de transmissão, devido a indisponibilidade dos equipamentos da Rede Básica das concessões da IE Garanhuns, conforme legislação ANEEL. Em 2024 o desconto decorrente de parcela variável foi o menor de nosso histórico.

Figura 12 – Descontos de PV (milhões).

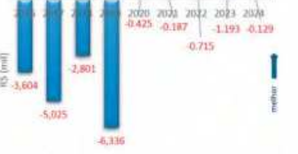
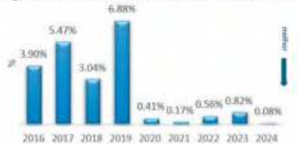
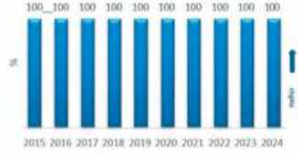


Figura 13 – Percentual de descontos sobre a RAP



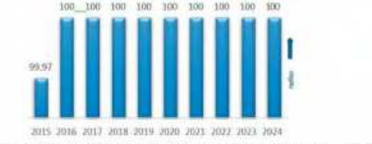
8.2.2. Indicador de robustez do sistema - IRS Avalia a capacidade dos ativos de concessão da IE Garanhuns pertencentes à Rede Básica suportarem contingências sem interrupção de fornecimento de energia elétrica (perda de carga). Em 2024 este indicador foi mantido em seu valor máximo.

Figura 14 – Índice de Robustez do Sistema (%).

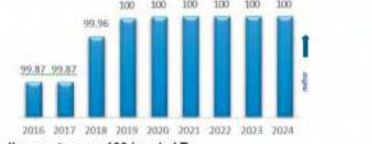


8.2.3.Indicador de disponibilidade de transformadores - IDT Indica a disponibilidade dos transformadores pertencentes à Rede Básica dos ativos de concessão da IE Garanhuns em intervalos anuais. Em 2024 este indicador foi mantido em seu valor máximo.

Figura 15 – Índice de Disponibilidade de Transformadores

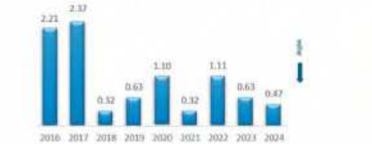


8.2.4.Indicador de disponibilidade de linhas de transmissão – IDLT Indica a disponibilidade das Linhas de Transmissão dos ativos de concessão da IE Garanhuns em intervalos anuais. Em 2024 este indicador foi mantido em seu valor máximo.



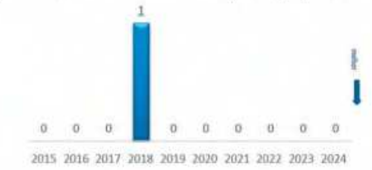
8.2.5. Desligamentos por 100 km de LT

Figura 17 – Percentual de desligamentos por 100km de LT



8.2.6. Frequência de acidentes

Figura 18 – Quantidade de acidentes no quadro próprio e terceiros



9. AUDITORES INDEPENDENTES Em atendimento à instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a IE GARANHUNS informa que não possui outros contratos com seus auditores, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., que não estejam relacionados com a auditoria das Demonstrações Contábeis. **10. ENCERRAMENTO E AGRADECIMENTOS** A Administração da IE GARANHUNS, ciente do papel da Companhia, de ser a responsável pela Operação e Manutenção do empreendimento, um projeto de grande relevância no setor de energia elétrica brasileira, garantindo reforço na capacidade de transmissão e aumento da segurança e confiabilidade do sistema de transmissão da Região Nordeste e de todo Sistema Interligado Nacional, beneficiando milhares de brasileiros e alcançando o objetivo de participar ativamente dessa extensa e confiável malha energética, agradece a confiança de seus acionistas e conselheiros, a participação efetiva de fornecedores, financiadores e órgãos governamentais na implantação do Empreendimento e a colaboração de seus empregados e corpo técnico das Companhias dos acionistas pelos resultados alcançados durante o exercício de 2024, conforme relatado neste documento.

Roberto Sampaio Pires Ferreira
Diretor Administrativo Financeiro
Moacir Biazzo Aversi
Diretor Técnico

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.945	2.066
Aplicações Financeiras	4	14.033	11.047
Concessionárias e permissionárias		9.633	10.103
Tributos a recuperar	6	5.151	4.217
Estoques		2.858	2.948
Ativo da concessão	7	127.103	112.576
Outros créditos		932	188
Total dos ativos circulantes		161.655	143.145
NÃO CIRCULANTES			
Caixa Restrito	5	6.198	6.554
Ativo da concessão	7	1.373.960	1.357.443
Imobilizado		7.083	7.266
Total dos ativos não circulantes		1.387.241	1.371.263
TOTAL DO ATIVO		1.548.896	1.514.408
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**Nota explicativa**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
CIRCULANTES			
Fornecedores	8	12.602	13.780
Empréstimos e financiamentos	9	19.251	19.170
Tributos a recolher	6	3.700	3.576
Dividendos a pagar	14	28.257	25.561
Outras contas a pagar	10	4.883	5.170
Total dos passivos circulantes		68.693	67.257
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	9	57.025	75.386
Provisão para demandas judiciais	13	7.306	7.535
Pis e Cofins Diferidos	11	138.249	135.961
IR e CSLL Diferidos	12	132.110	119.550
Total dos passivos não circulantes		334.690	338.432
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14	570.000	570.000
Reserva de lucros		575.513	538.719
Total Patrimônio líquido		1.145.513	1.108.719
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.548.896	1.514.408

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2024	2023
RECEITA LÍQUIDA	15	167.034	226.921
Custos dos serviços de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	16	(9.486)	(75.287)
LUCRO BRUTO		157.548	151.634
Despesas Gerais e Administrativas	17	(5.290)	(8.303)
Outras receitas operacionais líquidas	18	83	8
Total		(5.207)	(8.295)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		152.341	143.339
RESULTADO FINANCEIRO			
Receita Financeira	19	3.762	4.774
Despesa financeira	19	(7.719)	(9.533)
		(3.957)	(4.759)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		148.384	138.580
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	12	(2.202)	(2.388)
Diferido	12	(12.560)	(18.614)
		(14.762)	(21.002)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		133.622	117.578
Lucro por ação		0,23	0,21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	133.622	117.578
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	133.622	117.578

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos e milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		133.622	117.578
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa			
Depreciação	17	621	629
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9	7.471	9.333
Rendimento de aplicações financeiras	19	3.871	(4.541)
Ativos da concessão (receita de infraestr., remuneração ativos da concessão e ganho de eficiência)	15	(169.490)	(162.326)
Baixa de imobilizado		-	229
Imposto de renda e contribuição social diferidos		12.560	18.613
PIS e Cofins diferidos		2.288	10.628
Constituição (reversão) de provisão para contingências		(118)	2.609
		(9.175)	(7.248)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Concessionárias e permissionárias		470	2.790
Tributos a recuperar		(934)	210
Estoques		90	405
Ativo de concessão		138.446	47.265
Outros créditos		(744)	(142)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(1.178)	4.860
Tributos a recolher		2.325	4.309
Demandas judiciais (fundiário)		(111)	(1.170)
Outras contas a pagar		(287)	827
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(2.202)	(2.389)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		126.700	49.717
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(6.857)	34.701
Caixa restrito		356	3.979
Aquisição de imobilizado		(436)	(480)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		(6.937)	38.200
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortização de principal e juros de financiamentos	9	(25.751)	(36.650)
Dividendos pagos	14	(94.133)	(52.600)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(119.884)	(89.250)
(REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(121)	(1.333)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		2.066	3.399
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		1.945	2.066
(REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(121)	(1.333)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PERÍODO DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Incentivos Fiscais	Retenção de Lucros	Reserva especial de dividendos	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	570.000	38.533	32.703	352.894	30.545	-	1.024.675
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores não distribuídos	-	-	-	-	(7.973)	-	(7.973)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	117.578	117.578-
Destinação do lucro							
Constituição de reserva legal	-	5.879	-	-	-	(5.879)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	9.454	-	-	(9.454)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(25.561)	(25.561)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	76.684	-	(76.684)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	570.000	44.412	42.157	429.578	22.572	-	1.108.719
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	(46.000)	(22.571)	-	(68.571)
Ajuste de dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	-	(1)	1	-
Ajuste de reserva de incentivos fiscais	-	-	50	-	-	(50)	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	133.622	133.622
Destinação do lucro							
Constituição de reserva legal	-	6.681	-	-	-	(6.681)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	13.914	-	-	(13.914)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(28.257)	(28.257)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	84.721	-	(84.721)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	570.000	51.093	56.122	468.298	-	-	1.145.513

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1.CONTEXTO OPERACIONAL Objeto social Interligação Elétrica Garanhuns S.A. ("Companhia") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, em 22 de setembro de 2011, com o propósito específico de exploração de ativos de transmissão de energia elétrica, tendo como objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações, centros de controle e respectiva infraestrutura, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Concessões A Companhia assinou Contrato de Concessão ANEEL nº 22/2011, em 9 de dezembro de 2011, para Implantação e Exploração das Instalações de Transmissão constantes do "Lote L", do Leilão ANEEL nº 004/2011. O leilão teve como objeto a concessão do Sistema de Transmissão, composto por 8 (oito) Linhas de Transmissão e 2 (duas) Subestações conforme descrito a seguir:• Subestação Pau Ferro 500/230 kV - 1.500 MVA, ampliação das Subestações Luiz Gonzaga 500 kV e Campina Grande III 500 kV, além de um vão de entrada de linha 230 kV na Subestação Angelim I. • Subestação Garanhuns 500/230 kV - 600 MVA. • Linha de Transmissão 500 kV Luiz Gonzaga - Garanhuns C2, circuito simples (218 km). • Linha de Transmissão 500 kV Garanhuns - Pau Ferro, circuito simples (209 km). • Linha de Transmissão 500 kV Garanhuns - Campina Grande III, circuito simples (194 km). • Linha de Transmissão 230 kV Garanhuns - Angelim I, circuito simples (12 km). • Quatro linhas de transmissão na extensão de 170,2 km foram implantadas pela Companhia e transferidas para a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, por obrigação do contrato de concessão. • Seccionamento da LT 230 kV Paulo Afonso III - Angelim C2 e C3 - circuito duplo, no Estado de Pernambuco, com extensão de 2 km (2 x 1 km). • SE Garanhuns 500/230 kV - 600 MVA, no Estado de Pernambuco. • SE Pau Ferro 500/230 kV - 1500 MVA, localizada no Estado de Pernambuco. O empreendimento está localizado em 51 municípios, distribuídos nos Estados de Pernambuco (89%), Alagoas (6%) e Paraíba (5%). Municípios atendidos: a) Pernambuco: Petrolândia, São João, Escada, Jatobá, Angelim, Cabo de Santo Agostinho, Tacaratu, Jupi, Vitória de Santo Antão, Calçado, Chã de Alegria, Lajedo, Glória do Goitá, Bezerros, Gravatá, Camocim de São Félix, Itaíba, Cachoeirinha, Canhotinho, Paudalho, Tupanatinga, Tacaimbó, Ibirajuba, Tracunhaém, Passira, Buíque, Lagoa de Itaenga, Carpina, Belo Jardim, Jurema, Araçoiaba, Águas Belas, Brejo da Madre de Deus, Panelas, Igarassu, Pedra, Caruaru, Altinho, Paranatama, Taquaritinga do Norte, Agrestina, Caetés, São Joaquim do Monte e Garanhuns. b) Paraíba: Riacho de Santo Antônio, Alcantil, Queimadas, Barra de Santana e Campina Grande. c) Alagoas: Mata Grande e Canapi. A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária foi definida pelo poder concedente, a ANEEL, e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias. Contrato de concessão

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
022/2011	30	09/12/2041	R$ 68.900	IPCA

(*) A RAP informada está conforme contrato de concessão ANEEL 022/2011 e tem a referência de setembro de 2011 (valor original). A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo tarifário atual (julho/24 a junho/25), conforme a Resolução Homologatória nº 3.348/2024 e estabelecido em cláusula no Contrato de Concessão ANEEL nº 22/2011 foi de R$149.883 (R$132.138 no período de julho/23 a junho/24). Durante o período de concessão, a ANEEL procederá com a Revisão Tarifária Periódica dos contratos, em intervalos periódicos de 5 anos, recalculando o custo de capital de terceiros. A próxima revisão está prevista para o ano de 2027. O Contrato de Concessão estabelece que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS 2.1. Declaração de Conformidade** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2. Base de mensuração** As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto por determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 20. **2.3. Moeda funcional e apresentação** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e pre-

Conteúdo produzido pelo jornal Diario de Pernambuco S/A
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site
https://publicidadelegaldp.com.br/20250226

Interligação Elétrica Garanhuns S.A. CNPJ: 14.432.763/0001-16

missas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, definição da taxa de juros de desconto do ativo de concessão, constituição e análises quanto à realização ou liquidação de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e fundiários. Contabilização de contratos de concessão Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação, classificação de receitas por obrigação de performance, entre receitas de implementação de infraestrutura, remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção. Momento de reconhecimento do ativo contratual A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. Determinação da taxa de desconto do ativo contratual A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo de capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício. **2.5 Políticas contábeis materiais** a) Apuração do resultado O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. b) Reconhecimento da receita Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir: • Receita de implementação da infraestrutura A receita de implementação da infraestrutura é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de implementação da infraestrutura está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de implementação da infraestrutura resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativo da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS. • Receita de remuneração dos ativos de concessão O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47 (já considerando as orientações do Ofício- Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020), a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa implícita de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da concessão (custo médio ponderado do capital da Companhia (WACC)). • Receita de operação e manutenção A receita de O&M é reconhecida mensalmente como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos no contrato de concessão, acrescidos de margem. c) Imposto de renda e contribuição social – correntes A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Em 29 de dezembro de 2016, foi emitido o Laudo de Constituição nº 0220/2016 emitido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) onde aprova o direito ao benefício fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis em favor da Companhia com o período de fruição de 2016 a 2025. A fundamentação legal para o reconhecimento do direito é o Art. 1º da Medida Provisória nº 2.199/2014, de 24 de agosto de 2011, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, e com o Regulamento dos Incentivos Fiscais. d) Imposto de renda e contribuição social – diferidos O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Os impostos diferidos passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. e) PIS e Cofins – diferidos O PIS e a Cofins diferidos incidem sobre a receita de implementação de infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão que remunera o ativo contratual. O recolhimento de tais tributos ocorrerá no período do efetivo faturamento da RAP e amortização do ativo contratual. f) Taxas regulamentares sobre a receita Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica "Taxas regulamentares" no balanço patrimonial e como deduções da receita na demonstração do resultado. Reserva Global de Reversão (RGR) Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, cogeração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE) Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual. g) Subvenções Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado. h) Instrumentos financeiros Ativos financeiros Classificação e mensuração De acordo com o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. Custo amortizado Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros De acordo com o CPC 48, a Companhia aplica o modelo de perdas esperadas aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. (ii) Baixa de ativos financeiros A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. Passivos financeiros Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. i) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos. j) Ativo da concessão Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e ainda orientações contidas no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo da concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão, a serviços de operação e manutenção. A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, conforme o CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA/IGPM. A Companhia pode ser capaz de determinar uma taxa que reflita as características de crédito da parte que recebesse financiamento no contrato, bem como qualquer garantia prestada pela Companhia ao poder concedente, incluindo ativos transferidos no contrato. A Companhia utiliza taxa implícita de financiamento para desconto do fluxo do ativo de concessão e registra as receitas de financiamento desse fluxo em seu resultado operacional. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão é registrada na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por ter o direito a contraprestação ainda condicionado a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. k) Imobilizado Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL nº. 367, de 2 de junho de 2009. l) Demais ativos circulantes e não circulantes São apresentados pelo seu valor líquido de realização. Perdas esperadas para a redução do valor contábil ao valor recuperável são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos, na data dos balanços patrimoniais. m) Passivos circulantes e não circulantes São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. n) Provisões As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. Quando aplicáveis, as provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. A Companhia possui provisão para demandas judiciais conforme a nota explicativa nº 13 cuja avaliação das expectativas de perdas de seus assessores jurídicos seja "provável". o) Redução ao valor recuperável A administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado. p) Ativos financeiros e contratuais São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. q) Ativos não financeiros A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a administração concluiu que não há indicativos de perda de valor e que, portanto, não há necessidade de conduzir os testes de redução ao valor recuperável. r) Normas e interpretações novas e revisadas Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	IAS 1	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com covenants	IAS 1	01.01.2024
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	IFRS 16	01.01.2024
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de Financiamento de Fornecedores	IAS 7 IFRS 7	01.01.2024
CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado	Alterações redacionais referente arrendamento	N/A	01.01.2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	IFRS 10 IAS 28	Não definida
IFRS S1 - Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade	Nova norma - estrutura de divulgação de riscos e oportunidades de sustentabilidade	IFRS S11	01.01.2026
IFRS S2 - Divulgação de Informações Climáticas	Nova norma - requisitos de divulgação de riscos e oportunidades climáticas	IFRS S2	01.01.2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	IFRS 18	01.01.2027
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	IFRS 9 / IFRS 7	01.01.2026

A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	2	2
Bancos	1.943	2.064
	1.945	2.066

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2024	31/12/2023
Fundos de investimentos DI Xavantes	14.033	11.047
	14.033	11.047

O Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI é um fundo exclusivo da acionista ISA Energia, com liquidez imediata, controlado pelo Banco Itaú, constituído para investimento da ISA Energia, suas controladas e controladas em conjunto. O fundo registrou um rendimento acumulado de 11,55% (12,47% em 31 de dezembro de 2023), com 106,19% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (95.57% em 31 de dezembro de 2023). **5. CAIXA RESTRITO** O saldo de caixa restrito refere-se a contas de reserva vinculadas ao financiamento da Companhia junto ao BNDES, que conforme parágrafo sexto da cláusula nona Cessão Fiduciária, refere-se à conta reserva, equivalente a 2 (duas) prestações mensais do contrato de financiamento para a cessão fiduciária, em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa nº 9), até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento, previstas para ocorrer em 15 de dezembro de 2028. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo do caixa restrito é R$ 6.198 (R$ 6.554 em 31 de dezembro de 2023). **6. TRIBUTOS A RECUPERAR E A RECOLHER**

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo:		
IRRF sobre aplicações financeiras	3.446	2.632
IRPJ retido na fonte	1.091	1.021
Outros	613	564
	5.151	4.217
Passivo:		
PIS a recolher	270	256
COFINS a recolher	2.271	1.205
Outros tributos a recolher	1.159	2.115
	3.700	3.576

7. ATIVO DE CONCESSÃO

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo contratual		
Implementação da infraestrutura (a)	1.501.063	1.470.019
Circulante	127.103	112.576
Não circulante	1.373.960	1.357.443

A movimentação dos saldos está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	1.470.019	1.354.958
Remuneração dos ativos da concessão (Nota 15)	169.490	162.326
Receita de infraestrutura (Nota 15)	-	72.871
Ganho (perda) de eficiência na implementação de infraestrutura (Nota 15)	-	3.272
Realização da RAP	(138.446)	(123.408)
Saldo final	1.501.063	1.470.019

Os serviços públicos de transmissão de energia elétrica prestados pela Companhia são regulamentados pelo Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União - Poder Concedente e a Companhia. Estes contratos de concessão estabelecem os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados assim como estabelecem também, que os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização. Sendo assim, o concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. A infraestrutura construída da atividade de transmissão será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) Parte através da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; e (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando-se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos. A projeção da RAP para o ciclo 2024/2025 foi de R$ 149.883. **8. FORNECEDORES** O saldo de fornecedores refere-se, basicamente, às compras de materiais e serviços para implementação, operação e manutenção da infraestrutura de transmissão, além de valores de parcela variável a pagar ao Operador Nacional do Sistema, e está assim representado:

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de materiais e serviços	6.039	7.217
Parcela variável a pagar	6.563	6.563
	12.602	13.780

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2024	31/12/2023
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (1)		
Principal	76.200	94.444
Encargos	227	308
	76.427	94.752
(-) Custos de transação	(151)	(196)
Total	76.276	94.556
Circulante	19.251	19.170
Não circulante	57.025	75.386

Os saldos devidos são provenientes de contrato de financiamento no valor original de R$357.440, obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a ser pago em prestações mensais, com vencimentos até dezembro de 2028. Com exceção do subcrédito B que teve seu vencimento findo em agosto 2022, conforme contrato. Os encargos financeiros incidentes sobre a dívida são:

Parcela	Valor original	Indexador	Spread (% a.a.)
Subcrédito A	234.978	Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP	2,05
Subcrédito B	120.686	Pré-fixado	3,5
Subcrédito C	1.776	Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP	-

O financiamento teve como finalidade a implantação das instalações, objeto do Contrato de Concessão nº 022/2011-ANEEL, celebrado entre a Companhia e a União, e tem como garantia o penhor de ações da Companhia, o penhor dos direitos emergentes da concessão, fiança corporativa, fundo de liquidez e outros. Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 08, a Companhia contabilizou os custos de transação incorridos na captação de recursos como redutora da conta de empréstimos e são amortizados conforme prazo de vencimento dos empréstimos. Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos estão representados a seguir:

Vencimento por exercício:	31/12/2024	31/12/2023
2024	-	19.158
2025	18.255	18.850
2026	18.808	18.850
2027	19.337	18.849
2028	19.876	18.849
	76.276	94.556

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está assim representada:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	94.556	121.872
Juros incorridos	7.471	9.333
Amortização de principal e juros	(25.751)	(36.649)
Saldo final	76.276	94.556

Conforme o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 13.2.1172.1 firmado entre o BNDES e a Companhia na cláusula décima sexta (Fiança) no parágrafo terceiro no item D, é previsto que a Companhia deve atingir ICSD Índice de Cobertura do Serviço da Dívida cumpra no período de 12 meses anteriores o valor mínimo de 1,3. Na data base dessas demonstrações contábeis, a Companhia cumpriu o índice. **10. OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	31/12/2024	31/12/2023
Taxas regulamentares (RGR, P&D e TFSEE)	5.003	4.273
Outras contas a pagar	-120	897
	4.883	5.170

11. PIS E COFINS DIFERIDOS

	31/12/2024	31/12/2023
Pis e Cofins diferidos	138.249	135.961
	138.249	135.961

As contribuições de PIS e COFINS incidem sobre a receita de implementação e remuneração dos ativos da concessão, que remunera o ativo contratual. O total destes tributos é R$ 138.216 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 135.961 em 31 de dezembro de 2023). O recolhimento ocorrerá no período do efetivo faturamento da RAP e liquidação do ativo contratual, conforme previsto na Lei nº 12.973/14 A movimentação do período é conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	135.961	125.333
PIS/COFINS diferido sobre:		
Remuneração dos ativos da concessão	15.663	15.000
Receita de Infraestrutura	-	6.741
Ganho de eficiência	-	303
Realização da RAP	(13.375)	(11.416)
Saldo final	138.249	135.961

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

(a) Reconciliação alíquota efetiva:

	2024	2023
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	148.384	138.580
Alíquota nominal vigente de IR e CSLL (34%)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	(50.451)	(47.117)
(Adições) exclusões, líquidas(i)	21.775	16.661
Incentivo fiscal – SUDENE	13.914	9.454
Imposto de renda e contribuição social	(14.762)	(21.002)
Corrente	(2.202)	(2.388)
Diferido	(12.560)	(18.614)
Total	(14.762)	(21.002)
Alíquota efetiva	10%	15%

(i) Incluem-se as diferenças permanentes e temporárias resultantes do efeito líquido da reconciliação entre as alíquotas nominal e efetiva, devido ao benefício da SUDENE. (b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O saldo do imposto de renda e contribuição social diferido passivo é decorrente dos resultados da operação de construção e receita financeira (ICPC 01) reconhecidos por competência, que serão oferecidos a tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto no artigo nº 168 da Instrução Normativa nº 1.700 e Lei nº 12.973/14. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo registrado de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos é de R$ 129.448 (R$ 119.550 em 31 de dezembro de 2023). O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são calculados levando em consideração a taxa efetiva de 15,25% até o exercício de 2025, quando termina o incentivo fiscal da Companhia. Após isto, a taxa efetiva passa para 34%. A composição dos impostos de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Efeitos do ICPC 01 e CPC 47 (i)	108.790	117.008
Provisão para demandas judiciais	(1.600)	(1.371)
Prejuízo fiscal e base negativa	25.231	1.279
Outros	(311)	2.634
Passivo fiscal diferido, líquido	132.110	119.550

(i) Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de implementação da infraestrutura para a prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de concessão, reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação, à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos nº 168 da Instrução Normativa nº 1.700/17 e nº 36 da Lei nº 12.973/14. **13. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS** A Administração da Companhia, com base na posição de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

	Provável	
	31/12/2024	31/12/2023
Fundiário	7.306	7.535
	7.306	7.535

Durante o período de 2024, a Companhia realizou pagamentos das ações indenizatórias movidas contra a Companhia pela instituição de servidão administrativa em terrenos de terceiros para construção de linhas de transmissão de energia, os quais estavam provisionados nas demonstrações financeiras. A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2024, processos administrativos tributários, fundiário e regulatórios em andamento, que totalizam aproximadamente R$ 7.950 (R$ 9.262 em 31



Conteúdo produzido pelo jornal Diario de Pernambuco S/A
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site
https://publicidadelegaldp.com.br/20250226

Interligação Elétrica Garanhuns S.A. CNPJ: 14.432.763/0001-16

de dezembro de 2023), os quais foram avaliadas pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda possível, não existindo assim, provisão para perda registrada nas demonstrações financeiras para esses processos. A movimentação do exercício para os processos com probabilidade de perda provável é conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	7.535	6.096
Reversões de provisões	-	(475)
Pagamentos	(229)	(1.170)
Constituição de provisões	-	3.084
Saldo final	7.306	7.535

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO a) Capital social O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é de R$570.000, representado por 570.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite do capital social autorizado de R$600.000. A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é a seguinte:

Acionista	Quantidade de ações	%
ISA ENERGIA	290.700	51%
CHESF	279.300	49%
	570.000	100%

b) Reservas de lucros (i) Reserva legal: Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. (ii) Reserva especial de dividendos: De acordo com o estatuto da Companhia, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei. (iii) Reserva de retenção de lucros: A parcela remanescente do lucro líquido do exercício, após as distribuições e demais destinações estatutárias, permanecerá à disposição dos acionistas para futuras destinações. (iv) Reserva de incentivo fiscal: O valor resultante do benefício fiscal (valor do imposto que deixar de ser pago), deve constituir reserva de capital da empresa e só poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não podendo ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do benefício fiscal e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e demais penalidades cabíveis (art. 19, §§ 3º e 5º, do Decreto Lei nº 1.298/77). c) Dividendos O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	133.622	117.578
(-) Reserva legal	(6.681)	(5.879)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(13.914)	(9.454)
Base de cálculo	113.027	102.245
Dividendos mínimos obrigatórios	28.257	25.561

A movimentação dos dividendos propostos e a pagar estão representadas a seguir:

	2024	2023
Dividendos aprovados anos anteriores	25.561	44.627
Dividendos mínimos obrigatórios pagos no exercício corrente (c)	(25.561)	(44.627)
Reversão da reserva especial de dividendos (c)	22.571	7.973
Reversão de reserva de retenções de lucros (a)	46.000	
Dividendos pagos de exercícios anteriores (c)	(68.571)	(7.973)
Dividendos mínimos obrigatórios do período corrente (b)	28.257	25.561
Saldo final	28.257	25.561

(a)A Companhia obteve anuência do BNDES para a distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório, no montante de R$ 46.000, registrados na Reserva de Retenções de Lucros relativos aos resultados totais dos exercícios 2012 a 2014, e parciais do exercício 2015. (b) As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 contemplam o valor do dividendo mínimo obrigatório, no montante de R$ 28.257, registrado no passivo circulante, em função de sua natureza de obrigação legal e estatutária. (c) Além do montante de R$ 25.561, durante o exercício de 2024, a Companhia distribuiu de R$ 22.571, contra a reserva especial de dividendos, a título de dividendos de exercícios anteriores. A companhia também distribuiu R$ 46.000, contra reserva de retenções de lucros, conforme anuência do BNDES. **15. RECEITA LÍQUIDA**

	2024	2023
Receita bruta		
Remuneração dos ativos da concessão (a) (Nota 7)	169.490	162.326
Receita de infraestrutura (b) (Nota 7)	-	72.871
Receita de operação e manutenção (c)	21.147	18.330
Ganho (perda) de eficiência na implementação de infraestrutura (d) (Nota 7)	-	3.272
	190.637	256.799
Deduções da receita operacional		
PIS	(3.087)	(4.316)
Cofins	(14.217)	(19.878)
ICMS	(12)	(11)
Taxas regulatórias (RGR, P&D E TFSEE)	(6.287)	(5.673)
	(23.603)	(29.878)
Receita operacional líquida	167.034	226.921

a. Remuneração dos ativos da concessão - A receita de remuneração dos ativos é reconhecida pela taxa implícita de 7,22% a.a. sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, estabelecida no início dos contratos e não sofre alterações posteriores. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é determinado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e é reavaliado na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente, que equivale ao complemento da remuneração de toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é: (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e (ii) atualizado pelo IPCA. b. Receita de infraestrutura - A receita relacionada à implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida conforme gastos incorridos acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e gross up de tributos. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues. c. Receita de operação e manutenção - As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia, bem como parcela de ajuste e parcela variável. A Resolução Normativa n.º 729, emitida pela ANEEL em 28 de junho de 2016, regulamenta a Parcela Variável (PV), que é uma penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. Os valores de PV são reconhecidos como redução de receita de operação e manutenção, no período em que ocorrem. A Resolução Normativa nº 853, emitida pela ANEEL em 13 de agosto de 2019, atualizou a REN nº 729/2016, associada à disponibilidade e à capacidade operativa das Funções de Transmissão Conversora, sendo que sua vigência se iniciou a partir de 1 de janeiro de 2020. A Resolução Normativa nº 906, de 8 de dezembro de 2020, consolidou as Regras de Transmissão de Energia Elétrica e revogou as Resoluções Normativas no 191, no 669, no 729, no 782 e no 853, entrando em vigor a partir de 01 de janeiro de 2021. A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto no contrato de concessão, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste. O reconhecimento contábil da compensação a ser realizada via PA ocorre quando do efetivo recebimento do superávit ou do desconto do déficit que consta no faturamento mensal da Companhia, de modo que, quando ocorre o reajuste anual da RAP, o valor a ser compensado está registrado como um valor a pagar ou a receber referente ao período anterior ao reajuste. O saldo ativo, a título da Parcela de Ajuste – PA, em 31 de dezembro de 2024, é de R$ 3.353, (R$ 2.362, em 31 de dezembro de 2023). d) Ganho (perda) de eficiência na implementação de infraestrutura - Refletem as variações positivas, que devem ser auferidas com certo grau de confiabilidade, na entrada em operação dos projetos de reforços e melhorias e novos contratos de concessão decorrentes de economias nos investimentos em relação ao estimado no início das obras, revisão de RAP e antecipação do prazo previsto para a entrada em operação determinada pela ANEEL. As demais variações como sobrecustos ou atraso nas obras são reconhecidas quando identificados. Em 31 de dezembro de 2023, o ganho de eficiência refere-se ao atendimento da Resolução Autorizativa nº 10.923/2021 que se refere a implantação de reforços em nossas instalações. **16. CUSTOS DOS SERVIÇOS DE IMPLEMENTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO**

	2024	2023
Pessoal (a)	(6.347)	(4.992)
Materiais (b)	(594)	(381)
Serviços de terceiros (c)	(2.427)	(2.198)
Depreciação (d)	(621)	(629)
Custos de infraestrutura (e)	567	(66.131)
Gastos diversos (f)	(64)	(956)
	(9.486)	(75.287)

(a) Pagamentos com: salários, bônus e rescisões trabalhistas. (b) Gastos com conservação e manutenção do empreendimento. (c) Gastos com operação de manutenção. (d) De bens próprios. (e) A Companhia registrou custos classificados como investimentos em projetos de reforços e com a resolução autorizativa nº 9.978/2021. (f) Demais gastos com operação de manutenção. **17.DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	2024	2023
Pessoal (a)	(2.735)	(2.741)
Honorários da Administração (b)	(1.235)	(1.288)
Materiais (c)	(62)	(14)
Serviços de terceiros (d)	(606)	(733)
Demandas judiciais (e)	118	(2.609)
Outras despesas (f)	(770)	(918)
	(5.290)	(8.303)

(a)Pagamentos com: salários, bônus e rescisões trabalhistas. (b)Pagamentos com: salários e bônus (diretoria da companhia). (c)Gastos com conservação e manutenção geral. (d) Gastos com serviços contratados. (e)Reversões/Provisões das demandas judiciais (nota 13) **18.OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS**

	2024	2023
Receita de compartilhamento de instalações	-	8
Outros resultados operacionais (a)	83	-
	8	8

(a) O valor de outros resultados operacionais refere-se principalmente a ressarcimento de estudos constantes no Edital do Leilão nº 1/2024 – ANEEL (Leilão de Transmissão) - Processo nº 48500.001560/2023-71. **19. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

	2024	2023
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	3.871	4.541
Tributos sobre a receita financeira	(191)	(263)
Outras receitas financeiras	82	495
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(7.471)	(9.333)
Encargos sobre arrendamento		
Outros	(248)	(200)
Resultado financeiro	(3.957)	(4.759)

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS, OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO a)Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados conforme as seguintes categorias:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros		
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:		
Caixa e equivalentes de caixa	1.945	2.066
Aplicação financeira	14.033	11.047
Caixa restrito	6.198	6.554
Mensurados ao custo amortizável:		
Concessionárias e permissionárias	5.716	10.103
Passivos financeiros		
Mensurados ao custo amortizável:		
Fornecedores	12.603	13.780
Empréstimos e financiamentos	76.276	94.557
Outras contas a pagar	4.885	5.170

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Estimativa do Valor Justo pode ser obtida utilizando-se os seguintes níveis de avaliação: •Nível 1 – preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; •Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e •Nível 3 – ativos e passivos que não são baseados em variáveis observáveis no mercado. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não há instrumentos financeiros negociados em mercado ativo. A totalidade dos instrumentos financeiros identificados pela Companhia foram valorizados conforme Nível 2. b) Gerenciamento de riscos Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados: •Risco de crédito - a Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), regulando a prestação de serviços vinculados à rede básica, com cláusula de garantia bancária. •Risco de preço - as receitas da Companhia são, nos termos dos contratos de concessão, reajustadas anualmente em 01 de julho pela ANEEL, pela variação do IPCA, tendo como data de referência inicial setembro de 2011. •Risco de taxas de juros - A atualização dos contratos de financiamentos está vinculada à variação da TJLP. •Risco de liquidez - As principais fontes de caixa da Companhia são representadas pela Receita Anual Permitida (RAP) vinculada às instalações de rede básica, conforme definido nos termos da legislação vigente, pela ANEEL, nos contratos de concessão. A Companhia gerencia o risco de liquidez, mantendo o monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. •Risco operacional - A Companhia mantém monitoramento dos riscos operacionais envolvendo a implantação do seu contrato de concessão, bem como, quando aplicável, outros aspectos regulatórios que estão sendo discutidos com a Agência Reguladora em processos administrativos envolvendo sua concessão. c) Sensibilidade a taxas de juros - Em atendimento ao disposto no item 40 do pronunciamento técnico CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgamos quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevantes pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do período. No quadro abaixo, são considerados três cenários, sendo (i) cenário atual (provável) que é aquele adotado pela Companhia e (ii) cenário com deterioração de 25% da variável do risco considerado e (iii) cenário com deterioração de 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base em hipóteses de alterações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Vale lembrar que os cenários apresentados estão sujeitos a ajustes relevantes em função de variações de performance operacional da companhia, que podem influenciar o seu nível de endividamento e liquidez.

Risco de juros – Efeitos no Resultado Financeiro

			Riscos de elevação dos indexadores		Risco de queda dos indexadores	
Operação	**Risco**	**Saldo em 31.12.2024**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário I**	**Cenário II**
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	106,19% do CDI	3.871	4.839	5.807	2.903	1.936
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	TJLP + 5,55% a.a.	(7.471)	(9.338)	(11.206)	(5.603)	(3.735)

21. COBERTURA DE SEGUROS A cobertura dos contratos de seguro está evidenciada a seguir:

Finalidade do seguro	Vigência	Importância segurada
Incêndio, queda de raio e explosão de bens do Imobilizado (Instalações)	01/12/2025	136.354
Cobertura sobre casco, acidentes pessoais e danos corporais (Veículos)	03/12/2025	3.097

22.TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS Os saldos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 relativas às operações com partes relacionadas, estão detalhados a seguir:

		31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024	1/12/2023
Natureza da operação	**Partes relacionadas**	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**	**Receita/ (Despesa)**	**Receita/ (Despesa)**
Remuneração dos administradores (nota 17)		-	-	-	-	(1.235)	(1.288)
Fornecedores	**ISA ENERGIA**	13	53	13	51	(643)	(587)
Concessionárias e Permissionárias	**CHESF**	420	12	372	-	4.842	4.216
		433	65	385	51	2.964	2.341

23.AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A Administração da Companhia aprovou e autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras em 06 de fevereiro de 2025, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até a data.

***

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Garanhuns S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Garanhuns S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: •Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. •Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. •Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. •Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 6 de fevereiro de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5



Conteúdo produzido pelo jornal Diario de Pernambuco S/A
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site
https://publicidadelegaldp.com.br/20250226

A HORA DO MUÇÃO
Seg. a sex. às 17h
RAPAI. DEIXE DE FULERAGI E VÁ OUVIR MEU PROGRAMA!
Só AQUI!
Clube 99.1 FM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU-PE
UNIDADE DE CONTRATAÇÃO - SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO - UASG 926809

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 0006/2025 - UC/Saúde - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90004/2025 - UC/Saúde - SRP Nº. 0005/2025 - UC/Saúde: Registro de Preços, que objetiva a contratação de serviço de coleta de resíduos de serviços de saúde (RSS) - material infectado acondicionado em bombonas, para atender a demanda das Unidades de Saúde da Atenção Básica e Especializada e da Vigilância em Saúde, pelo período de 12 (doze) meses. Valor total estimado de R$ 770.010,72 (setecentos e setenta mil e dez reais e setenta dois centavos). Data e hora de abertura: 20 de março de 2025, às 09h (horário de Brasília/DF). Informações: os interessados poderão acessar e fazer download do texto integral dos Editais nos sites: **www.comprasnet.gov.br** e **https://saudecaruaru.pe.gov.br** - UASG: 926809. Outras informações na sala da Unidade de Contratação - Saúde, situada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU, localizada na Av. Vera Cruz, nº 654, 3º Andar, Bairro São Francisco, Caruaru/PE - no horário das 07h às 13h, ou pelo telefone: (81) 3101-0238 - E-mail: **ucsaudecaruaru@gmail.com.**

Caruaru, 25 de fevereiro de 2025.
Arachele de Oliveira Lima Santos
Agente de Contratação/Pregoeiro(a)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUARU-PE

AVISO DE LICITAÇÃO (ERRATA)

PROCESSO Nº 004/2025-UC-G PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2025-UC-G

OBJETO NAT.: Serviço. Objeto Descr.: Permissão de Uso Oneroso do espaço público de camarote privado no Pátio de Eventos Luiz Gonzaga durante o evento denominado São João de Caruaru 2025, a ser realizado entre os dias 01 e 29 de junho de 2025, com área de 4.000,00 m², com capacidade para aproximadamente 2.700 (duas mil e setecentas) pessoas. Com obrigação de Captação de Patrocínios e Verbas de Marketing, além de outros recursos financeiros, junto a Instituições privadas destinadas à realização dos Eventos São João de Caruaru (camarote e captação), Carnaval e Motofest (captação) através da Fundação de Cultura de Caruaru-PE. Na publicação do aviso de licitação da licitação, veiculado no Diário de Pernambuco na edição do dia 24/02/2025, pág.17, onde se lê: "VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL: R$ 1.050.000,00", **LEIA-SE: VALOR MÍNIMO ACEITÁVEL: R$ 1.050.000,00**; E, onde se lê: "INFORMAÇÕES E EDITAL: Na plataforma do COMPRASGOV"..., **LEIA-SE: INFORMAÇÕES E EDITAL: Na plataforma da Bolsa Nacional de Compras - BNC (https://bnccompras.com)**. Ficam mantidas inalteradas as demais disposições. Outras informações: na sala da Unidade de Contratação, localizado Centro Administrativo I, situado na Rua Professor Lourival Vila Nova, nº 118, Bairro Universitário, no horário das 08hs às 14hs. Fone: (81) 9.8384-5665.

Caruaru - PE, 25 de fevereiro de 2025.
Wanessy de Queiroz Alves
Agente de Contratação/Pregoeira

PUBLIQUE O BALANÇO DA SUA EMPRESA NO DIARIO DE PERNAMBUCO.

VEICULAÇÃO LEGAL CERTIFICADA NO IMPRESSO E NO DIGITAL, COM MELHOR CUSTO-BENEFÍCIO!


DIARIOdePERNAMBUCO
diariodepernambuco.com.br
RUMO AOS 200 ANOS
FORÇA-TAREFA
MPRJ investiga assassinato de Marielle
RECEITA
Pix terá que ser declarado no IR 2023
CIRURGIA
Neymar vai ficar 4 meses afastado
Jovem tem braço arrancado em novo ataque de tubarão no estado
DIARIOdePERNAMBUCO

Solicite uma proposta comercial:

81 2122.7892

depto.comercial@diariodepernambuco.com.br
comercial@diariodepernambuco.com.br

DIARIOdePERNAMBUCO


Conteúdo produzido pelo jornal Diario de Pernambuco S/A
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site
https://publicidadelegaldp.com.br/20250226

Eufrázio

2 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 26 de Fevereiro de 2025

Publicidade 26 02 2025

Assinaturas



DIARIO DE PERNAMBUCO SA:10803492000107
Certificado Digital
contato@diariodepernambuco.com.br
Assinou

Eventos do documento

26 Fev 2025
ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - DIARIO DE PERNAMBUCO SA:10803492000107
Assinou Email: contato@diariodepernambuco.com.br. Dados do Certificado:
CN=DIARIO DE PERNAMBUCO SA:10803492000107, OU=videoconferencia,OU=22677427000161, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, L=RECIFE, ST=PE,O=ICP-Brasil, C=BR.

-



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign
Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL
Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**